D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 16 de Julho de 2026
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXII Edição Nº 2557
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Vagas abertas para Colônia de Férias em Mangaratiba!

A diversão das férias já tem data marcada! A Prefeitura de Mangaratiba, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, está com inscrições abertas para a Colônia de Férias, que promete um dia repleto de atividades, aprendizado e muita diversão para crianças e adolescentes.

A programação contará com oficinas, gincanas, arte, dança e apresentações, promovendo momentos de integração, criatividade e lazer.

Data: 26 de julho
Horário: das 10h às 16h
Local: Ginásio Poliesportivo da Praia do Saco
Endereço: Rua Frei Afonso, nº 365 – Praia do Saco

Quem pode participar?
Crianças e adolescentes de **6 a 14 anos.**

Inscrições gratuitas e presenciais:
Secretaria Municipal de Cultura
Estrada São João Marcos, nº 29 – Praia do Saco
De segunda a sexta-feira, das 9h às 15h

Vagas limitadas!

Não perca essa oportunidade de viver um dia cheio de cultura, esporte, diversão e novas amizades!



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
ANTÔNIO CARLOS ANICETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
FELIPE JOSUÉ VARELA DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2022- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9649/2021 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: EDUARDO VALÉRIO CRAVO DO NASCIMENTO
Fundamentação Legal: art. 57, II, da Lei n º 8.666/93.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação ao prazo do contrato nº 96/2022, que tem por escopo a locação de imóvel situado na Rua Coronel Moreira da Silva, n° 40, Centro, Mangaratiba/ RJ, destinado à instalação e funcionamento da Unidade da Estratégia da Saúde da Família – ESF Centro de Mangaratiba/RJ, conforme Termo de Referência constante no Processo Administrativo em epígrafe.
Prazo: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo contratual, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 13/06/2026 e Término em 13/06/2027.
Valor: Dá-se a este Termo Aditivo o valor mensal do aluguel com reajuste de 0,61%, é de R$ 5.706,29 (cinco mil, setecentos e seis reais e vinte e nove centavos), perfazendo o valor global de R$ 68.475,48 (sessenta e oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária n°: As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela dotação orçamentária de rubrica n°: 03.01.01.10.302.0002 .2024.3.3.90.36.16.1635. Tendo sido emitida nota de pré empenho de nº 00045/2026-01,
Data da Assinatura: Mangaratiba, 12 de junho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 1602026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14362/2024 –ORIUNDO DA ARP 026/2025- PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: 2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Empresa especializada para futura e eventual fornecimento de Materiais de expediente, visando atender as Unidades Escolares Municipais e a Secretaria Municipal de Educação, cujas condições, descrições, quantidades e exigências, encontram-se especificadas no anexo 1 do Termo de Referência parte integrante deste procedimento.
Prazo: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: Dá-se a este contrato o valor global de R$ 1.695.126,09 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e seis reais e nove centavos).
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotações orçamentárias para este exercício n° 02.05.01.12. 361.0003.2048.3.3.90.90.30.00.1573, 02.05.01.12.365.0003.2011.3.3.90 .30.00.1573, 02.05.01.12.365.0003.2012.3.3.90.30.00.1573 e 02.05.01. 12.366.0009.2026.3.3.90.30.33.1573.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 15, de julho de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 169/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8081/2026 –PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: IMPÉRIO DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para o fornecimento de uniformes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, Controladoria Geral, Procuradoria Geral, Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefieto, Secretaria do Tesouro, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria da Cultura, Secretaria da Juventude,, Secretaria da Mulher, Secretaria Municipal de Ordem Pública, Secretaria de Segurança e Trânsito, Secretaria de Transportes, Secretaria de Educação, Secretaria de Ciências e Tecnologia, Secretaria de Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Secretaria de Defesa Civil, e Secretaria de Turismo e Eventos, todas do Município de Mangaratiba. Cujas especificações de quantidades, características, encontram-se descritas no Termo de Referência e instrumento convocatório parte integrante deste procedimento.
Prazo: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: Dá-se a este contrato o valor global de R$ 37.089,90 (trinta e sete mil, e oitenta e nove reais e noventa centavos).
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotações orçamentárias para este exercício n°: 02.02.01.04 .122.0015.2016.3.3.90.30.00
Data da Assinatura: Mangaratiba, 16, de julho de 2026.

EXTRATO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2025 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO SRP N° 034/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 8081/2026 – ADESÃO N° 009/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Fornecedor Registrado: IMPÉRIO DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
Órgão Aderente: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Adesão a Ata de Registro de Preços n° 039/2025, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mangaratiba, oriundo do processo administrativo n° 5252/2025, para contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, Controladoria Geral, Procuradoria Geral, Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefieto, Secretaria do Tesouro, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria da Cultura, Secretaria da Juventude,, Secretaria da Mulher, Secretaria Municipal de Ordem Pública, Secretaria de Segurança e Trânsito, Secretaria de Transportes, Secretaria de Educação, Secretaria de Ciências e Tecnologia, Secretaria de Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Secretaria de Defesa Civil, e Secretaria de Turismo e Eventos, todas do Município de Mangaratiba.,

cujos quantitativos, quantidades e especificações encontram-se descritas no Termo de Referência e instrumento convocatório. O valor estimado da Adesão equivalente à 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do item 1, da referida Ata, que corresponde ao valor global correspondente de R$ 37.089,90 (trinta e sete mil e oitenta e nove reais e noventa centavos), com os itens aderidos detalhados na planilha anexa, que é parte integrante do processo, em conformidade com a Lei n° 14.133/21, 10.520/02 e Decreto 4.595/2021 e 4953/2023, com condições, descrição, quantidade e exigências estabelecidas no termo de referência, Edital do Pregão eletrônico por Registro de Preços nº 034/2025 e seus anexos, que é parte integrante do procedimento administrativo, assim como a tabela contida no termo de referência e fornecida pela Secretaria gerenciadora da presente ADESÃO.
Fundamentação legal: na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Federal n.º10.520/02, no Decreto n.º 4.595/2021 e 4953/2023 ambos do Município de Mangaratiba
Dotação Orçamentaria: n°:02.02.01.04.122.0015.2016.3.3.90.30.00.
Valor: O valor estimado da Adesão equivalente à 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do item 1, da referida Ata, que corresponde ao valor global correspondente de R$ 37.089,90 (trinta e sete mil e oitenta e nove reais e noventa centavos), com os itens aderidos detalhados na planilha anexa
Prazo: A validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, sendo está de 14/11/2025 À 14/11/2026.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 16, de julho de 2026.

EXTRATO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 169/2024 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO SRP N° 90020/2024- PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2931/2026 – ADESÃO N° 007/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Saude
Fornecedor Registrado: MEDSUR COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Adesão a Ata de Registro de Preços n° 0169/2024, da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, oriundo do Pregão Eletrônico n° 90020/2024, para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de Órtese e Prótese e materiais especiais -OPME, a serem utilizados nos procedimentos cirúrgicos do Hospital Municipal Victor de Souza Breves. O valor estimado da Adesão equivalente à 28,48% (vinte oito vírgula quarenta e oito por cento) sobre o valor da referida Ata, que corresponde ao valor para 12 (doze) meses de R$ 7.950.012,22 (sete milhões, novecentos e cinquenta mil, e doze reais e vinte e dois centavos), com os itens aderidos detalhados na planilha anexa, que é parte integrante do processo, em conformidade com a Lei n° 14.133/21, 10.520/02 e Decreto 4.595/2021 e 4953/2023, com condições, descrição, quantidade e exigências estabelecidas no termo de referência, Edital do Pregão eletrônico por Registro de Preços nº 90020/2024 e seus anexos, que é parte integrante do procedimento administrativo, assim como a tabela contida no termo de referência e fornecida pela Secretaria gerenciadora da presente ADESÃO
Fundamentação legal: na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Lei Federal n.º10.520/02, no Decreto n.º 4.595/2021 e 4953/2023 ambos do Município de Mangaratiba
Dotação Orçamentaria: n°03.01.01.10.302.0002.2024.3.3.90.30.36.1635 .
Valor: O valor estimado da Adesão equivalente à 28,48% (vinte oito, vírgula quarenta e oito por cento) sobre o valor da referida Ata, que corresponde ao valor de R$ 7.950.012,22 (sete milhões, novecentos e cinquenta mil, e doze reais e vinte e dois centavos com os itens aderidos detalhados na planilha anexa
Prazo: A validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, sendo está de22/10/2025 à 21/10/2026.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 08, de julho de 2026.

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4343/2021 – PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: RIO TECNOLOGIA, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
Fundamentação Legal: Art. 57, inciso II da lei 8.666/93.
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 060/2021 relativo à prestação de serviços de Manutenção do sistema de alerta, alarme, antena de repetição e uma central de monitoramento, atendendo a NOTIFICAÇÃO nº 90/2016-1ª PJTC, emitida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO/RJ – NÚCLEO ANGRA DOS REIS, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
Valor: Dá-se a este Termo Aditivo o valor mensal com reajuste de 4,72%, de R$ 17.377,25 (dezessete mil trezentos e setentae sete reais e vinte e cinco centavos), tendo como valor global R$ 104.263,50 (cento e quatro mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).
Prazo: Dá-se a este termo o prazo de 6 (seis) meses contados a partir da data de vencimento do 4° termo aditivo ao Contrato Primitivo, 28/07/2026 e término em 28/01/2027
Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária n° 02.12.01.06.182.00 16.2064.3.3.90.39.00 sendo emitida nota de empenho a posteriori.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 06 de julho de 2026.

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO **N°** 050/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9423/2025 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADA: 2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Fundamentação Legal: art. 107 da Lei 14.133/2021 e suas alterações
Objeto: O presente instrumento tem como objetivo a prorrogação de prazo do contrato n° 050/2025, que objetiva o fornecimento de material de limpeza e higiene, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e suas unidades administrativas, cujas condições, descrições, quantidades e exigências, encontram-se especificadas no anexo 1 do Termo de Referência parte integrante deste procedimento.
Valor: Dá-se a este Termo Aditivo o valor global para 12 (doze) meses de R$ 494.626,50 (quatrocentos e noventa e quatro mil seiscentos e vinte e

seis reais e cinquenta centavos).
Prazo: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação do prazo contratual pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do término do contrato primitivo, com início em 04/09/2026 e término em 04/09/2027.
Dotação: As despesas decorrentes da presente prorrogação correrão pela dotação orçamentária de rubrica n° n° 04.01.01.08.243.0013.2057.3.3.90.30.00; 04.01.01.08.244.0008.2044.3.3.90.30.00; 04.01.01.08.244.0008.2049.3.3.90.30.00; 04.01.01.08.244.0008.2082.3.3.90.30.00; 02.06.01.08.241.0008.2058.3.3.90.30.00; 02.06.01.08.243.0013.2057.3.3.90.30.00; 02.06.01.08.244.0008.2003.3.3.90.30.00; 02.06.01.08.244.0008.2035.3.3.90.30.00; 02.06.01.08.244.0008.2043.3.3.90.30.00; 02.06.01.08.422.0007.2108.3.3.90.30.00; 02.06.01.08.422.0007.2110.3.3.90.30.00. Sendo emitida nota de empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 10 de julho de 2026.

EXTRATO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 001/2026
Processo Administrativo nº 1200/2026
A Fundação Mário Peixoto torna público que foi ANULADO, por decisão da autoridade competente, o Pregão Eletrônico SRP nº 001/2026, bem como o respectivo ato de homologação, cujo objeto consiste na contratação de empresa para aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado, visando atender às necessidades da Fundação Mário Peixoto, em razão da constatação de vício de legalidade insanável no procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Mangaratiba, 14 de julho de 2026.
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS
Presidente
Fundação Mário Peixoto - FMP

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº : 5501/2026
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia execução de obra de engenharia destinada à construção de Espaço Esportivo Comunitário – Tipo A, no Município de Mangaratiba/RJ, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução completa do empreendimento. A execução dos serviços ocorrerá in loco, na R. Cipriano da
Silva Barros, 07 - Mangaratiba/RJ, conforme delimitação constante no Projeto Básico e no Projeto Executivo, que integram os anexos do presente instrumento.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *Menor Valor Global com execução de empreitada por preço unitário*
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 20 de julho de 2026 às 15h00min até 03 de agosto de 2026 às 23h59min
DATA DE REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA: 04 de agosto de 2026 às 09h00min
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A sessão pública de processamento da Concorrência Eletrônica será realizada no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/, no dia e hora indicadas neste Edital e conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe. O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/ , podendo, alternativamente, ser impresso no site http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/licitacoes, dúvidas poderão ser dirimidas através dos e-mails: cpl@mangaratiba.rj.gov.br e cpl.licitacaomangaratiba@gmail.com;

Mangaratiba, 15 de julho de 2026.
Mariana de Vasconcellos Pontes Alves
Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria nº: 3183/2025

PORTARIA N.º 2110 DE 16 DE JULHO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Tornar sem efeito a Portaria nº 2093 de 14 de julho de 2026, publicada no D.O.M. Diário Oficial do Município de Mangaratiba, nº 2555, página 4, que exonerou a Senhora MARISTELA LOPES DA CUNHA, do Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, símbolo ASSIII, do(a) GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2026.

PORTARIA N.º 2111 DE 16 DE JULHO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2679/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) SALOMAO PIMENTEL SARAIVA, do Cargo de ASSESSOR DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 08 de julho de 2026.

PORTARIA N.º 2112 DE 16 DE JULHO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) THAYLANNA PEDROSA RODRIGUES, para exercer o Cargo de ASSESSOR DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 08 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 16 de julho de 2026.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

EDITAL Nº 38, DE 14 DE JULHO DE 2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DESCLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2026, DE 12 DE MARÇO DE 2026 – ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANGARATIBA,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA A DESCLASSIFICAÇÃO dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, através do Edital de Processo Seletivo nº 01/2026, de 12 de março de 2026, conforme relação a seguir, por ocasião de **NÃO COMPARECIMENTO** à convocação exposta no Edital nº 37, de 06 de julho de 2026 – Convocação de Processo Seletivo, ou por **DESISTÊNCIA** de atuar na função designada.

CADASTRO DE RESERVA		
AUXILIAR DE TURMA - AMPLA CONCORRÊNCIA		
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
58	106	VERONICA DA SILVA FONTES DE OLIVEIRA
59	112	FRANCILANE SOUZA MACHADO DA SILVA
64	17	LAVINIA SILVA PACHECO

CADASTRO DE RESERVA		
PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - AMPLA CONCORRÊNCIA		
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
91	66	AMANDA VICTÓRIA SANTOS
93	24	SAULA KICILA FERNADES
94	46	FERNANDA DE PAULA RAMOS DE SOUZA
95	86	VANIZIA BAPTISTA MARTINS

Mangaratiba, 14 de julho de 2026.

Renato Delmiro Cabral
Secretário Municipal de Educação
PORTARIA Nº 2044 DE 13 DE MARÇO DE 2025

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

EDITAL Nº 005/2026

O **PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições regimentais, torna público e **NOTIFICA a recorrente e os demais interessados** de que o processo abaixo identificado será levado a julgamento em Sessão Ordinária do Conselho de Contribuintes, a realizar-se no dia **27 de julho de 2026, segunda-feira, às 16 horas e 15 minutos**, na sede da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, situada na Praça Robert Simões, nº 92, Centro, Mangaratiba/RJ, na sala do Setor Fiscal – Subsecretaria Municipal de Fazenda.

Processo Administrativo: nº 3.211/2026
Recurso: Recurso Voluntário
Recorrente: Gisele Maria Lacerda Corbellini
Recorrida: Fazenda Pública Municipal
Assunto: Impugnação de lançamento de IPTU – exercício de 2026
Inscrição Imobiliária: nº 41285-02
Relator: Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos

Ficam as partes cientificadas de que, querendo acompanhar o julgamento ou realizar sustentação oral de seus fundamentos, pessoalmente ou por intermédio de procurador devidamente constituído, deverão formular requerimento à Secretaria-Geral do Conselho de Contribuintes com antecedência mínima de **1 (um) dia útil**, podendo utilizar, para esse fim, o endereço eletrônico institucional **ccmm@mangaratiba.rj.gov.br**, em conformidade com o § 1º do art. 100-B do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba.

Mangaratiba, 16 de julho de 2026.

GUILHERME DE SOUZA MARQUES
Presidente do Conselho de Contribuintes
do Município de Mangaratiba

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

EDITAL Nº 006/2026

O **PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições regimentais, torna público e **NOTIFICA a recorrente e os demais interessados** de que o processo abaixo identificado será levado a julgamento em Sessão Ordinária do Conselho de Contribuintes, a realizar-se no dia **3 de agosto de 2026, segunda-feira, às 16 horas e 15 minutos**, na sede da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, situada na Praça Robert Simões, nº 92, Centro, Mangaratiba/RJ, na sala do Setor Fiscal – Subsecretaria Municipal de Fazenda.

Processo Administrativo: nº 3.218/2026
Recurso: Recurso Voluntário
Recorrente: M. Rio Administração Imobiliária Ltda.
Recorrida: Fazenda Pública Municipal
Assunto: Impugnação de lançamento de IPTU – exercício de 2026
Inscrição Imobiliária: nº 103685-50
Relator: Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos

Ficam as partes cientificadas de que, querendo acompanhar o julgamento ou realizar sustentação oral de seus fundamentos, pessoalmente ou por intermédio de procurador devidamente constituído, deverão formular requerimento à Secretaria-Geral do Conselho de Contribuintes com antecedência mínima de **1 (um) dia útil**, podendo utilizar, para esse fim, o endereço eletrônico institucional **ccmm@mangaratiba.rj.gov.br**, em conformidade com o § 1º do art. 100-B do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba.

Mangaratiba, 16 de julho de 2026.

GUILHERME DE SOUZA MARQUES
Presidente do Conselho de Contribuintes
do Município de Mangaratiba

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

EDITAL Nº 007/2026

O **PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições regimentais, torna público e **NOTIFICA o recorrente e os demais interessados** de que o processo abaixo identificado será levado a julgamento em Sessão Ordinária do Conselho de Contribuintes, a realizar-se no dia **10 de agosto de 2026, segunda-feira, às 16 horas e 15 minutos**, na sede da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, situada na Praça Robert Simões, nº 92, Centro, Mangaratiba/RJ, na sala do Setor Fiscal – Subsecretaria Municipal de Fazenda.

Processo Administrativo: nº 4.195/2026
Recurso: Recurso Voluntário
Recorrente: Paulo Wladimir Brichta
Recorrida: Fazenda Pública Municipal
Assunto: Impugnação de lançamento de IPTU – exercício de 2026
Inscrição Imobiliária: nº 54002.02
Relator: Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos

Ficam as partes cientificadas de que, querendo acompanhar o julgamento ou realizar sustentação oral de seus fundamentos, pessoalmente ou por intermédio de procurador devidamente constituído, deverão formular requerimento à Secretaria-Geral do Conselho de Contribuintes com antecedência mínima de **1 (um) dia útil**, podendo utilizar, para esse fim, o endereço eletrônico institucional **ccmm@mangaratiba.rj.gov.br**, em conformidade com o § 1º do art. 100-B do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba.

Mangaratiba, 16 de julho de 2026.

GUILHERME DE SOUZA MARQUES
Presidente do Conselho de Contribuintes
do Município de Mangaratiba

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 23/03/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e dezoito minutos do dia vinte e três de março do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Suplente do Representante da Fazenda Pública **Marco Antônio Machado de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 09/03/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Planejamento dos trabalhos do Conselho para o exercício de 2026; 2) Discussão sobre os reflexos da Reforma Tributária na Administração Tributária Municipal e na carreira fiscal; 3) Inclusão em pauta de temas relativos ao IPTU, Taxa de Coleta de Lixo, modernização cadastral, integração SINTER, CIB e georreferenciamento; 4) Assuntos Gerais.** Passando para o **primeiro item da ordem do dia**, o Presidente apresentou atualização do planejamento institucional do Conselho para o exercício de 2026, registrando que o colegiado vem consolidando agenda permanente de estudos voltada ao fortalecimento da Administração Tributária Municipal, ao aperfeiçoamento normativo e à antecipação de impactos decorrentes das mudanças estruturais do sistema tributário nacional. Ressaltou que o Conselho deve atuar de forma preventiva, oferecendo subsídios técnicos à gestão fazendária. O Conselheiro **Flávio de Araújo Silva** destacou a conveniência de futura consolidação das discussões em relatório técnico anual contendo riscos e oportunidades tributárias do Município. O Conselheiro **Felipe Martins Algebaile** acrescentou que o planejamento institucional contínuo favorece a estabilidade administrativa e a segurança jurídica. Após debates, e **com o avançar da hora**, restou consignado que o tema permanecerá em acompanhamento permanente, com retomada das discussões nas próximas sessões ordinárias. Passando para o **segundo item da ordem do dia**, o Presidente retomou os debates sobre os reflexos da Reforma Tributária, destacando que a transição do ISS para o IBS tende a ampliar significativamente a complexidade operacional da fiscalização municipal. Observou que, além da tradicional atuação sobre prestação de serviços, a nova sistemática poderá demandar atuação técnica mais ampla sobre operações econômicas integradas, compartilhamento de dados e fiscalização cooperativa. O

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

Conselheiro **Jéferson Santos Vasconcellos** ponderou que a ampliação de atribuições deverá ser acompanhada de política permanente de capacitação técnica, investimentos em tecnologia e valorização funcional. Após amplo debate, e **com o avançar da hora**, ficou consignado que a matéria terá prosseguimento nas próximas sessões, permanecendo em pauta continuada. Passando para o **terceiro item da ordem do dia**, o Presidente promoveu debate sobre a modernização da base imobiliária municipal, destacando a importância da integração com o **SINTER**, utilização do **CIB**, projetos de georreferenciamento e revisão técnica da malha cadastral urbana e rural. Registrou que tais instrumentos poderão aprimorar o IPTU, o ITBI, a fiscalização territorial e a justiça fiscal. Na sequência, passou-se ao exame da **Taxa de Coleta de Lixo**, tendo o colegiado debatido a necessidade de permanente aderência entre a estrutura de custos do serviço, a legislação municipal vigente e critérios objetivos de proporcionalidade. Ao final, e **com o avançar da hora**, restou deliberado que os temas retornarão à pauta das próximas sessões para continuidade dos estudos técnicos. Passando para o **quarto item da ordem do dia**, Assuntos Gerais, o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e trinta e dois minutos, do dia vinte e três de março do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marco Antonio M. de Oliveira
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 30/03/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia trinta de março do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Suplente do Representante da Fazenda Pública **Marco Antônio Machado de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 23/03/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Planejamento estratégico do Conselho e prioridades institucionais; 2) Impactos da Reforma Tributária sobre arrecadação municipal, fiscalização e carreira fiscal; 3) Taxa de Coleta de Lixo, IPTU, georreferenciamento, SINTER e CIB; 4) Assuntos Gerais.** Passando para o **primeiro item da ordem do dia**, o Presidente registrou a continuidade do planejamento estratégico do Conselho, destacando a necessidade de priorização de matérias com maior impacto arrecadatório e institucional, notadamente aquelas relacionadas ao novo sistema tributário nacional, modernização cadastral e eficiência administrativa. O Conselheiro **Carlos Alberto Lube Junior** destacou que o Município deve fortalecer sua inteligência fiscal, com produção de indicadores, cruzamento de bases e monitoramento de inadimplência. A Conselheira **Lidiane Hilário da Conceição** ressaltou a importância de integração entre Fazenda, Obras, Meio Ambiente e Cadastro Imobiliário. Após debates, e **com o avançar da hora**, restou consignado que a pauta estratégica seguirá sendo desenvolvida nas próximas sessões. Passando para o **segundo item da ordem do dia**, o Presidente reiterou que a Reforma Tributária poderá impor significativo aumento de carga operacional à Administração Tributária local, especialmente em razão da necessidade de compreender novas regras de incidência, sistemas compartilhados, fiscalização cooperativa e tratamento técnico de operações econômicas complexas. O Conselheiro **Flávio de Araújo Silva** observou que a carreira fiscal municipal deverá receber capacitação continuada em auditoria digital, análise de dados e legislação complementar federal. O Conselheiro **Felipe Martins Algebaile** ponderou que exigir maior especialização sem política de valorização funcional tende a dificultar o recrutamento e a permanência de profissionais qualificados.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

Após manifestações dos presentes, e **com o avançar da hora**, ficou consignado que o tema permanecerá em pauta continuada. Passando para o **terceiro item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão conjunta sobre IPTU, Taxa de Coleta de Lixo e modernização territorial. Quanto ao IPTU, destacou-se a relevância da atualização cadastral e da consistência de áreas construídas e territoriais. Quanto à Taxa de Coleta de Lixo, registrou-se a necessidade de manutenção de critérios técnicos transparentes, compatíveis com o serviço público prestado. Quanto ao georreferenciamento, deliberou-se pela continuidade dos estudos voltados à utilização de imagens, malha cartográfica e integração com bases nacionais, inclusive **SINTER** e **CIB**. Ao final, e **com o avançar da hora**, restou consignado que as discussões terão prosseguimento nas próximas sessões. Passando para o **quarto item da ordem do dia**, Assuntos Gerais, o Presidente colocou em discussão o calendário das Sessões Ordinárias do mês de **MAIO** de **2026**: **04**, **11**, **18** e **25** todas às **16:15h**, com pautas em aberto, após discutido, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e trinta e oito minutos, do dia trinta de março do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes..

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marco Antonio M. de Oliveira
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 06/04/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos do dia seis de abril do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Representante da Fazenda Pública **Marcelo Santos Passos**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 30/03/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Avaliação institucional dos trabalhos do Conselho no exercício de 2026; 2) Reforma Tributária, capacitação técnica e valorização da carreira fiscal; 3) IPTU, Taxa de Coleta de Lixo, georreferenciamento, SINTER e CIB; 4) Assuntos Gerais.** Passando para o **primeiro item da ordem do dia**, o Presidente apresentou síntese do estágio atual dos trabalhos do Conselho, destacando que a manutenção de reuniões periódicas com conteúdo técnico vem fortalecendo a governança tributária municipal e criando base institucional para futuras decisões administrativas. O Conselheiro **Jéferson Santos Vasconcellos** observou que o Conselho pode funcionar como espaço permanente de formulação técnica, reduzindo improvisações administrativas e permitindo respostas antecipadas aos desafios futuros. Após debates, e **com o avançar da hora**, ficou consignado que a avaliação institucional prosseguirá nas próximas sessões. Passando para o **segundo item da ordem do dia**, o Presidente ressaltou que a Reforma Tributária demandará forte investimento em capital humano, treinamento contínuo e atualização normativa dos quadros fiscais municipais. Registrou que o novo cenário poderá exigir conhecimento simultâneo de tributação de serviços, operações econômicas híbridas, sistemas digitais e fiscalização cooperada. A Conselheira **Karen Rodrigues Felippe Ferreira** ponderou que a capacitação de alto nível exige incentivos institucionais adequados, inclusive perspectiva de valorização profissional. O Conselheiro **Carlos Alberto Lube Junior** acrescentou que carreiras estratégicas enfraquecidas tendem a gerar perda arrecadatória e dependência excessiva de soluções externas. Após amplo debate, e **com o avançar da hora**, restou deliberado que a matéria

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

retornará à pauta das próximas sessões. Passando para o **terceiro item da ordem do dia**, o Presidente retomou a pauta imobiliária e territorial. Debateram-se mecanismos de georreferenciamento para identificação de ampliações construtivas, ocupações consolidadas e inconsistências cadastrais. Também foi debatida a utilidade do **SINTER** e do **CIB** como instrumentos de integração informacional para melhoria do IPTU, ITBI e planejamento fiscal. Quanto à **Taxa de Coleta de Lixo**, o colegiado registrou a importância de constante revisão metodológica, de forma a preservar legalidade, razoabilidade e aderência entre custo do serviço e critérios de cobrança previstos em lei. Ao final, e **com o avançar da hora**, restou consignado que os temas seguirão em análise nas próximas sessões ordinárias. Passando para o **quarto item da ordem do dia**, Assuntos Gerais, o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e cinquenta e seis minutos, do dia seis de abril do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marcelo Santos Passos
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 13/04/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia treze de abril do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Representante da Fazenda Pública **Marcelo Santos Passos**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 06/04/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Consolidação das prioridades técnicas do Conselho para o exercício de 2026; 2) Reforma Tributária, IBS e fortalecimento da Administração Tributária Municipal; 3) IPTU, Taxa de Coleta de Lixo, georreferenciamento, SINTER e CIB; 4) Comunicação da conclusão de manifestações da Representação da Fazenda e encaminhamento de processos para distribuição por sorteio de relatoria, nos termos do art. 31 do Regimento Interno; 5) Assuntos Gerais.** Passando para o **primeiro item da ordem do dia**, o Presidente destacou a evolução dos trabalhos do colegiado no exercício corrente, registrando que o Conselho vem se consolidando como espaço institucional de debate técnico sobre temas estruturais da Fazenda Municipal, com especial atenção às transformações do sistema tributário nacional, à modernização administrativa e ao aperfeiçoamento do contencioso tributário municipal. O Conselheiro **Flávio de Araújo Silva** sugeriu a futura consolidação anual das deliberações e estudos produzidos, em formato de relatório estratégico dirigido à Secretaria Municipal do Tesouro, proposta recebida favoravelmente pelos presentes. O Conselheiro **Felipe Martins Algebaile** acrescentou que a sistematização dos trabalhos do Conselho poderá contribuir para a preservação da memória institucional e para maior previsibilidade administrativa. Após debates, e **com o avançar da hora**, restou consignado que a matéria será retomada nas próximas sessões ordinárias. Passando para o **segundo item da ordem do dia**, o Presidente retomou a discussão acerca dos impactos do IBS e do novo modelo federativo de arrecadação, ressaltando que a Administração Tributária Municipal precisará adaptar progressivamente sua estrutura humana, normativa e tecnológica. Registrou que a

ampliação das exigências técnicas sobre os fiscais municipais poderá demandar conhecimento mais abrangente, inclusive em matérias relacionadas à fiscalização econômica integrada, análise de dados, cruzamento eletrônico de informações e cooperação interfederativa. A Conselheira **Lidiane Hilário da Conceição** observou que a transição exigirá forte investimento em capacitação continuada dos quadros fazendários. O Conselheiro **Carlos Alberto Lube Junior** ponderou que a valorização da carreira fiscal representa medida estratégica de fortalecimento arrecadatório e de preservação da autonomia administrativa municipal. Após manifestações dos presentes, e **com o avançar da hora**, ficou consignado que o tema permanecerá em pauta continuada para aprofundamento técnico nas próximas sessões. Passando para o **terceiro item da ordem do dia**, o Presidente promoveu nova rodada de debates sobre IPTU, Taxa de Coleta de Lixo e modernização territorial. O colegiado destacou que georreferenciamento, integração com **SINTER**, utilização do **Cadastro Imobiliário Brasileiro – CIB** e atualização permanente do Cadastro Imobiliário Municipal representam instrumentos relevantes para justiça fiscal, ampliação de base arrecadatória e redução de inconsistências cadastrais históricas. Quanto à **Taxa de Coleta de Lixo**, reafirmou-se a necessidade de permanente acompanhamento técnico-jurídico da matéria, observando-se a sustentabilidade financeira do serviço público correspondente, a compatibilidade com os parâmetros legais vigentes e a adequada proporcionalidade entre a exação e os critérios normativos de cobrança. Após debates, e **com o avançar da hora**, restou deliberado que os assuntos retornarão à pauta das próximas sessões para continuidade das análises técnicas. Passando para o **quarto item da ordem do dia**, o Presidente informou ao colegiado que a **Representação da Fazenda Pública concluiu a análise técnica de processos administrativos tributários pendentes de manifestação**, encontrando-se superada essa fase procedimental em relação aos feitos abaixo relacionados, os quais já se encontram aptos ao regular prosseguimento processual. Na sequência, foi consignado que, **nos termos do art. 31 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes**, os autos poderão ser submetidos à distribuição por sorteio para designação de Conselheiro Relator, observada a ordem administrativa interna e os critérios regimentais aplicáveis. Foram relacionados os seguintes processos: **Processo nº 1077/2022**, interessada **Cátia Regina Morais Gouveia**, referente a pedido de **isenção de IPTU**; **Processo nº 3218/2026**, interessada **M. Rio Administração Imobiliária Ltda.**, referente a **impugnação de lançamento de IPTU**; **Processo nº 1348/2026**, interessada **Renata Leonardo Pereira Sochaczewki**, referente a **impugnação de lançamento de IPTU**; **Processo nº 3211/2026**, interessada **Gisele Maria Lacerda Corbellini**, referente a **impugnação de lançamento de IPTU**. O Presidente registrou que a conclusão das

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

manifestações fazendárias contribui para a regular tramitação processual e para a eficiência do contencioso administrativo tributário municipal. Os Conselheiros presentes anuíram com o encaminhamento procedimental informado. Após breve debate sobre fluxo processual e organização da pauta de julgamentos, e **com o avançar da hora**, restou consignado que a distribuição e demais providências regimentais terão prosseguimento nas próximas sessões. Passando para o **quinto item da ordem do dia**, Assuntos Gerais, o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e trinta e dois minutos, do dia treze de abril do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marcelo Santos Passos
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

Processo nº 7372 / 26
Fls.: 1003

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 20/04/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia vinte de abril do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira,** Lidiane **Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Suplente do Representante da Fazenda Pública **Marco Antônio Machado de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 13/04/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Acompanhamento inicial dos atos oficiais do Comitê Gestor do IBS e dos impactos administrativos da Reforma Tributária no âmbito municipal; 2) Discussão sobre obrigações acessórias, documentos fiscais eletrônicos, integração de informações fiscais e possíveis reflexos no contencioso administrativo tributário municipal; 3) Análise preliminar sobre modernização cadastral, georreferenciamento, integração com o SINTER e utilização do Cadastro Imobiliário Brasileiro, CIB, como instrumentos de apoio à gestão tributária imobiliária; 4) Discussão sobre IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo, com ênfase na consistência da base cadastral, proporcionalidade da cobrança e segurança jurídica dos lançamentos; 5) Assuntos Gerais. Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente registrou que a Reforma Tributária, especialmente no tocante à implementação do Imposto sobre Bens e Serviços, IBS, passou a exigir acompanhamento permanente dos atos oficiais expedidos pelo Comitê Gestor do IBS, considerando que o novo modelo de tributação sobre o consumo tende a produzir reflexos administrativos relevantes para os Municípios. Observou que, embora diversas etapas da transição ainda dependam de consolidação normativa e operacional, já se mostra prudente que o Conselho acompanhe a evolução dos regulamentos, guias, notícias institucionais e documentos disponibilizados nos canais oficiais, a fim de compreender, com antecedência, os efeitos que poderão repercutir no contencioso administrativo tributário municipal. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que o acompanhamento da Reforma Tributária pelo Conselho deve ser feito de modo técnico e cauteloso, evitando conclusões precipitadas enquanto os atos normativos ainda se encontram em fase de detalhamento e aperfeiçoamento. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que o Município deve manter atenção especial à forma como o novo sistema organizará os fluxos de informação, pois a padronização nacional de documentos e obrigações poderá influenciar, futuramente, a instrução de processos administrativos e a análise de elementos probatórios no âmbito tributário. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira observou que a criação de um ambiente institucional próprio do Comitê Gestor do IBS revela a relevância do tema para os entes subnacionais, especialmente porque o IBS será tributo compartilhado entre Estados e Municípios. Registrou, ainda, que o acompanhamento das publicações oficiais deve servir como ferramenta de preparação administrativa, não apenas como leitura normativa isolada. Após debate entre os presentes, e com o avançar da hora, restou consignado que o acompanhamento dos atos oficiais do Comitê Gestor do IBS permanecerá em pauta nas próximas sessões, especialmente para avaliação de eventuais impactos sobre os procedimentos municipais e sobre o contencioso administrativo tributário. **Passando para o segundo item da ordem do dia,** o Presidente deu continuidade à discussão sobre obrigações acessórias, documentos fiscais eletrônicos, integração de informações fiscais e possíveis reflexos no contencioso administrativo tributário

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

Processo nº 7372 / 26
Fls.: 004

municipal. Registrou que a Reforma Tributária sobre o consumo tende a operar em ambiente fortemente digitalizado, com utilização de documentos fiscais eletrônicos, integração de bases e padronização de dados, circunstância que poderá modificar, progressivamente, a forma de acompanhamento das operações econômicas e a formação das informações fiscais disponíveis às administrações tributárias.O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos destacou que, no futuro, a qualidade das informações eletrônicas poderá ter papel decisivo na redução de controvérsias administrativas, desde que os dados sejam consistentes, auditáveis e compatíveis com os sistemas utilizados pelos entes federativos. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição ponderou que a integração de informações deve ser analisada também sob o aspecto da governança administrativa, pois a existência de dados em ambiente nacional não afasta a necessidade de análise técnica municipal, validação administrativa e preservação dos procedimentos próprios do processo administrativo tributário. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos observou que o Conselho deve diferenciar, com clareza, os reflexos futuros da Reforma Tributária daqueles relativos aos tributos atualmente administrados pelo Município, como IPTU, ITBI, ISS enquanto vigente, e taxas municipais. Registrou que essa distinção é importante para evitar confusão entre competências tributárias atuais e futuras, principalmente durante o período de transição normativa. Após amplo debate, e com o avançar da hora, ficou consignado que o tema retornará às próximas sessões, para continuidade da análise quanto aos documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias e possíveis impactos no contencioso administrativo municipal. **Passando para o terceiro item da ordem do dia,** o Presidente iniciou análise preliminar sobre modernização cadastral, georreferenciamento, integração com o SINTER e utilização do Cadastro Imobiliário Brasileiro, CIB, como instrumentos de apoio à gestão tributária imobiliária. Registrou que a qualidade da base cadastral imobiliária municipal constitui elemento essencial para a adequada constituição dos créditos tributários relativos ao IPTU e ao ITBI, bem como para a correta aplicação de taxas vinculadas a serviços públicos específicos e divisíveis. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior destacou que o georreferenciamento pode contribuir para a identificação de inconsistências cadastrais, divergências de área, alterações construtivas, ocupações consolidadas e situações em que a realidade física do imóvel não se encontra devidamente refletida no Cadastro Imobiliário. Acrescentou que a utilização de ferramentas tecnológicas deve sempre ser acompanhada de procedimento administrativo regular, evitando que dados brutos sejam tomados como definitivos sem análise técnica. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira observou que o SINTER e o CIB podem contribuir para maior integração territorial e padronização de informações imobiliárias, mas não substituem a competência municipal de manter, revisar e validar seu Cadastro Imobiliário, especialmente para fins de lançamento tributário. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que a futura integração nacional de dados imobiliários reforça a necessidade de que o Município preserve consistência em suas informações cadastrais de origem. Após debate, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria permanecerá em pauta continuada, para aprofundamento nas próximas sessões. **Passando para o quarto item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão sobre IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo, com ênfase na consistência da base cadastral, proporcionalidade da cobrança e segurança jurídica dos lançamentos. Registrou que, em contexto de Reforma Tributária sobre o consumo, os tributos patrimoniais e as taxas municipais assumem relevância ainda maior para a autonomia financeira local, razão pela qual a gestão técnica da base imobiliária deve ser permanentemente aprimorada. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que a segurança jurídica dos lançamentos de IPTU depende de cadastro atualizado, critérios objetivos, uniformidade de tratamento e adequada instrução dos procedimentos administrativos. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos acrescentou que o ITBI também poderá ser beneficiado por bases imobiliárias mais qualificadas, especialmente quando houver maior coerência entre informações

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

Processo nº 7372 / 25
Fls.: 005

cadastrais, dados territoriais, elementos de mercado e documentação apresentada nos processos. Quanto à Taxa de Coleta de Lixo, o colegiado registrou que a matéria deve permanecer sob acompanhamento técnico, considerando a necessidade de compatibilização entre custo do serviço, critérios legais de cobrança, proporcionalidade, transparência e sustentabilidade financeira. Foi destacado que a discussão exige cautela, pois envolve serviço público de grande relevância, sensibilidade social e necessidade de aderência estrita à legislação municipal. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que os temas retornarão às próximas sessões para continuidade do amadurecimento técnico. **Passando para o quinto item da ordem do dia, Assuntos Gerais**, o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e trinta e oito minutos, do dia vinte de abril do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques Presidente	Lidiane Hilário da Conceição Conselheiro	Felipe Martins Algebaile Conselheiro	Flávio de Araújo Silva Conselheiro
Jéferson Santos Vasconcellos Conselheiro	Carlos Alberto Lube Junior Conselheiro	Karen Rodrigues Felippe Ferreira Conselheira	Marco Antonio M. de Oliveira Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 27/04/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte e seis minutos do dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Suplente do Representante da Fazenda Pública **Marco Antônio Machado de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 20/04/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Discussão sobre a fase de implementação da Reforma Tributária e acompanhamento das normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes; 2) Impactos do novo modelo de tributação sobre o consumo na arrecadação municipal, nas obrigações acessórias e na organização das informações fiscais; 3) Análise da Taxa de Coleta de Lixo, especialmente quanto aos critérios legais de cobrança, custo do serviço, proporcionalidade e transparência perante o contribuinte; 4) Modernização da base imobiliária municipal, georreferenciamento, SINTER, CIB e reflexos sobre IPTU, ITBI e atualização do Cadastro Imobiliário; 5) Aprovação do calendário das Sessões Ordinárias do mês de junho de 2026; 6) Assuntos Gerais. Passando para o primeiro item da ordem do dia**, o Presidente registrou que a fase de implementação da Reforma Tributária exige acompanhamento contínuo das normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes, especialmente em razão da progressiva estruturação do Comitê Gestor do IBS e da publicação de atos voltados à regulamentação do novo imposto compartilhado entre Estados e Municípios. Observou que o Conselho deve acompanhar tais matérias sob perspectiva institucional e administrativa, avaliando seus possíveis efeitos sobre os procedimentos tributários municipais, sem antecipar conclusões definitivas enquanto houver normas pendentes de consolidação e aperfeiçoamento. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior ponderou que a leitura das normas da Reforma Tributária deve ser feita de forma sistêmica, considerando a Constituição, as leis complementares, os regulamentos e os atos complementares que venham a disciplinar as obrigações acessórias, documentos fiscais, regimes específicos e normas de transição. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição acrescentou que o Município deve manter postura de observação técnica, especialmente para identificar pontos que possam exigir ajustes internos em rotinas, sistemas e orientações aos contribuintes. O Suplente do Representante da Fazenda Pública Marco Antônio Machado de Oliveira registrou que a regulamentação do IBS deve ser acompanhada com atenção, mas sem perder de vista que o Município continua responsável pela administração de seus tributos próprios e pela condução dos processos administrativos já submetidos ao regime jurídico vigente. Destacou que a transição deve ser compreendida como processo gradual, e não como substituição imediata de todas as rotinas tributárias atualmente existentes. Após debate entre os presentes, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria permanecerá em pauta nas próximas sessões ordinárias, para acompanhamento das futuras normas regulamentares e orientações oficiais. **Passando para o segundo item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão sobre os impactos do novo modelo de tributação sobre o consumo na arrecadação municipal, nas obrigações acessórias e na

organização das informações fiscais. Registrou que a substituição gradual do atual modelo de tributação sobre o consumo poderá produzir efeitos relevantes sobre a forma de organização das informações fiscais, especialmente em razão da tendência de padronização nacional, compartilhamento de dados e utilização intensiva de documentos fiscais eletrônicos. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva observou que o novo modelo poderá alterar a dinâmica de acompanhamento das operações econômicas tradicionalmente vinculadas ao ISS, exigindo atenção às regras de transição, às competências remanescentes e ao tratamento das informações fiscais em ambiente integrado. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que as obrigações acessórias, embora sejam instrumentos instrumentais, costumam ter grande relevância prática para a formação de prova, a prevenção de litígios e a adequada instrução dos processos administrativos. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira ponderou que o compartilhamento de informações entre administrações tributárias poderá favorecer maior racionalidade no controle fiscal, mas também exigirá atenção quanto à qualidade dos dados, à proteção de informações, ao sigilo fiscal e à compatibilidade entre sistemas. Registrou que o Conselho deve acompanhar o tema de modo continuado, especialmente no que se refere aos reflexos sobre o contencioso administrativo tributário. Após amplo debate, e com o avançar da hora, ficou consignado que a matéria seguirá em pauta para aprofundamento nas próximas sessões. **Passando para o terceiro item da ordem do dia**, o Presidente iniciou análise da Taxa de Coleta de Lixo, especialmente quanto aos critérios legais de cobrança, custo do serviço, proporcionalidade e transparência perante o contribuinte. Registrou que a taxa deve ser tratada com rigor técnico, por se relacionar ao custeio de serviço público específico e divisível, devendo a metodologia adotada observar a legislação municipal, os elementos de custo do serviço e critérios compatíveis com a realidade dos imóveis atendidos. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos destacou que a discussão sobre a Taxa de Coleta de Lixo não deve ser reduzida ao valor cobrado, devendo abranger o fundamento legal, a lógica de rateio, a transparência do critério adotado e a aderência entre a cobrança e o serviço disponibilizado ou prestado. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição ponderou que a percepção do contribuinte sobre a taxa também depende da clareza administrativa, sendo recomendável que os critérios utilizados sejam compreensíveis e tecnicamente justificáveis. O Presidente registrou que o tema exige continuidade de análise, especialmente diante da necessidade de compatibilizar sustentabilidade financeira do serviço, razoabilidade da cobrança e segurança jurídica da exação. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria retornará às próximas sessões para aprofundamento. **Passando para o quarto item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão sobre modernização da base imobiliária municipal, georreferenciamento, SINTER, CIB e reflexos sobre IPTU, ITBI e atualização do Cadastro Imobiliário. Registrou que a modernização cadastral deve ser compreendida como medida estruturante da Administração Tributária, pois a consistência da base imobiliária influencia diretamente a constituição do crédito de IPTU, a análise de transmissões sujeitas ao ITBI e a própria racionalidade das taxas relacionadas aos imóveis. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile observou que o georreferenciamento pode auxiliar na identificação de áreas não cadastradas, alterações construtivas, divergências territoriais e inconsistências históricas na base imobiliária. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior acrescentou que a utilização de tecnologias de mapeamento deve ser acompanhada de critérios administrativos claros, com possibilidade de verificação, contraditório e validação técnica sempre que houver repercussão no lançamento tributário. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira destacou que o CIB e o SINTER podem contribuir para integração nacional de dados imobiliários, mas o Município deve zelar pela qualidade dos dados remetidos e pela compatibilidade entre a informação nacional e o Cadastro Imobiliário local. O Presidente ressaltou que a futura integração dos demais municípios ao CIB, prevista

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

em âmbito nacional, torna recomendável que o Município acompanhe o tema com antecedência, especialmente quanto à organização de suas informações cadastrais. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que os temas permanecerão em pauta continuada. **Passando para o quinto item da ordem do dia,** o Presidente colocou em discussão o calendário das Sessões Ordinárias do mês de junho de 2026: 01, 15, 22 e 29, todas às 16h15, com pautas em aberto. Após discussão, o calendário foi aprovado por unanimidade. **Passando para o sexto item da ordem do dia**, Assuntos Gerais, o Presidente colocou em discussão o calendário das Sessões Ordinárias do mês de **JUNHO** de **2026**: **01**, **15**, **22** e **29** todas às **16:15h**, com pautas em aberto, após discutido, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e cinquenta e um minutos, do dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques Presidente	Lidiane Hilário da Conceição Conselheiro	Felipe Martins Algebaile Conselheiro	Flávio de Araújo Silva Conselheiro
Jéferson Santos Vasconcellos Conselheiro	Carlos Alberto Lube Junior Conselheiro	Karen Rodrigues Felippe Ferreira Conselheira	Marco Antonio M. de Oliveira Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 04/05/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte e um minutos do dia quatro de maio do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Representante da Fazenda Pública **Marcelo Santos Passos**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 27/04/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Análise institucional do Regulamento do IBS e das disposições comuns entre IBS e CBS, com enfoque nos possíveis reflexos administrativos para os Municípios; 2) Discussão sobre documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias, compartilhamento de informações e futura repercussão no contencioso administrativo tributário municipal; 3) Acompanhamento da implantação do CIB e do SINTER, com avaliação de seus reflexos sobre a qualificação da base territorial e imobiliária do Município; 4) Discussão sobre IPTU, ITBI, georreferenciamento e Taxa de Coleta de Lixo, especialmente quanto à atualização cadastral, sustentabilidade da cobrança e segurança jurídica; 5) Assuntos Gerais. Passando para o primeiro item da ordem do dia**, o Presidente iniciou análise institucional do Regulamento do IBS e das disposições comuns entre IBS e CBS, com enfoque nos possíveis reflexos administrativos para os Municípios. Registrou que a publicação do Regulamento do IBS representa etapa relevante da implementação da Reforma Tributária, pois detalha aspectos operacionais do novo imposto compartilhado entre Estados e Municípios e evidencia a necessidade de acompanhamento técnico por parte das administrações municipais. O Presidente destacou que a existência de disposições comuns entre IBS e CBS recomenda leitura integrada das normas, especialmente quanto aos aspectos que envolvem documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias, regimes específicos, operações com bens imóveis, plataformas digitais, compras governamentais e normas de transição. Ressaltou, entretanto, que a análise do Conselho deve ser institucional e cautelosa, sem extrapolar sua competência e sem formular conclusões definitivas enquanto houver atos complementares pendentes de consolidação. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que a regulamentação do IBS deve ser acompanhada sob o ponto de vista prático, e não apenas conceitual, pois os efeitos administrativos da Reforma Tributária serão sentidos principalmente na organização dos dados, na padronização dos documentos fiscais e na interação entre os diversos entes federativos. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira acrescentou que a publicação do regulamento deve ser vista como marco relevante, mas ainda inserido em processo de construção normativa mais amplo. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos observou que o Conselho deve registrar a importância do acompanhamento oficial das normas, guias e orientações expedidas pelo Comitê Gestor do IBS, especialmente para avaliar possíveis repercussões sobre os procedimentos internos do Município e sobre o futuro contencioso administrativo tributário. Após amplo debate, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria permanecer á em pauta, devendo retornar nas próximas sessões para acompanhamento das atualizações normativas. **Passando para o**

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

segundo item da ordem do dia, o Presidente promoveu discussão sobre documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias, compartilhamento de informações e futura repercussão no contencioso administrativo tributário municipal. Registrou que o novo modelo de tributação sobre o consumo tende a intensificar a utilização de dados eletrônicos padronizados, o que poderá influenciar a forma de apuração, controle, fiscalização e eventual julgamento de controvérsias tributárias. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos observou que os documentos fiscais eletrônicos poderão adquirir papel ainda mais relevante como instrumentos de prova e controle administrativo, especialmente em ambiente de maior integração entre entes federativos. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que as obrigações acessórias devem ser acompanhadas com atenção, pois seu desenho normativo influencia diretamente a qualidade das informações disponíveis à Administração Tributária e aos órgãos julgadores administrativos. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição ponderou que o compartilhamento de informações deve observar critérios de segurança, sigilo fiscal e proteção de dados, especialmente quando houver circulação de informações entre diferentes administrações tributárias. O Presidente ressaltou que a matéria deve ser acompanhada com prudência, porque ainda haverá etapas de regulamentação, adaptação e consolidação operacional. Após debates, e com o avançar da hora, ficou consignado que a matéria seguirá em pauta continuada para aprofundamento técnico. **Passando para o terceiro item da ordem do dia,** o Presidente iniciou acompanhamento da implantação do CIB e do SINTER, com avaliação de seus reflexos sobre a qualificação da base territorial e imobiliária do Município. Registrou que o Cadastro Imobiliário Brasileiro, CIB, deve ser compreendido como instrumento nacional de identificação imobiliária, integrado ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, SINTER, com potencial de aperfeiçoar a interoperabilidade de dados entre cadastros públicos, cartórios, administrações tributárias e demais órgãos competentes. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior destacou que a implantação do CIB poderá produzir efeitos relevantes para a organização de informações imobiliárias, mas não substituirá a necessidade de manutenção de cadastro municipal consistente, atualizado e tecnicamente validado. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira observou que o CIB poderá facilitar a identificação única de imóveis, mas a qualidade do sistema nacional dependerá diretamente da qualidade dos dados de origem, especialmente daqueles enviados pelas prefeituras.
O Presidente acrescentou que a matéria possui relação direta com IPTU, ITBI, revisão cadastral, georreferenciamento e instrução de processos administrativos, razão pela qual deve ser acompanhada de forma permanente pelo Conselho. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que o tema retornará às próximas sessões para continuidade da análise. **Passando para o quarto item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão sobre IPTU, ITBI, georreferenciamento e Taxa de Coleta de Lixo, especialmente quanto à atualização cadastral, sustentabilidade da cobrança e segurança jurídica. Registrou que a modernização da base territorial pode contribuir para maior precisão nos lançamentos de IPTU, melhor instrução dos processos de ITBI e maior coerência na aplicação de taxas relacionadas a imóveis. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que o georreferenciamento deve ser tratado como ferramenta de apoio, e não como substituto automático da análise administrativa, devendo seus resultados ser submetidos a validação técnica quando houver repercussão tributária. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que a segurança jurídica dos lançamentos depende da coerência entre cadastro, legislação, elementos técnicos e procedimento administrativo regular. Quanto à Taxa de Coleta de Lixo, o colegiado voltou a registrar a importância de estudos técnicos que avaliem a correspondência entre serviço prestado, base legal de cobrança, critérios de rateio e transparência administrativa. Foi consignado que a cobrança deve observar equilíbrio entre sustentabilidade financeira do serviço e segurança jurídica da exação. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

que os temas retornarão às próximas sessões ordinárias. **Passando para o quinto item da ordem do dia, Assuntos Gerais,** o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e quarenta e quatro minutos, do dia quatro de maio do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques Presidente	Lidiane Hilário da Conceição Conselheiro	Felipe Martins Algebaile Conselheiro	Flávio de Araújo Silva Conselheiro
Jéferson Santos Vasconcellos Conselheiro	Carlos Alberto Lube Junior Conselheiro	Karen Rodrigues Felippe Ferreira Conselheira	Marcelo Santos Passos Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 11/05/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia onze de maio do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Representante da Fazenda Pública **Marcelo Santos Passos**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 04/05/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Acompanhamento das publicações oficiais do Comitê Gestor do IBS, incluindo Regulamento do IBS, guias, comunicados, documentos técnicos e atos correlatos; 2) Discussão sobre Reforma Tributária, IBS, CBS, documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias, normas de transição e impactos no contencioso administrativo municipal; 3) Análise sobre CIB, SINTER, georreferenciamento e integração cadastral, com enfoque na qualificação da base imobiliária municipal e nos reflexos sobre IPTU e ITBI; 4) Discussão sobre Taxa de Coleta de Lixo, sustentabilidade financeira do serviço, critérios legais de cobrança, proporcionalidade e transparência administrativa; 5) Comunicação da conclusão de manifestações da Representação da Fazenda Pública e encaminhamento de processos para distribuição por sorteio de relatoria, nos termos do art. 31 do Regimento Interno; 6) Assuntos Gerais. Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente iniciou o acompanhamento das publicações oficiais do Comitê Gestor do IBS, registrando que o portal institucional já apresenta organização própria para consulta a notícias, guia de impactos administrativos, central de conteúdo, legislações, resoluções, regulamentos e demais materiais relacionados à implementação do novo imposto. Destacou que tal organização institucional demonstra o avanço da fase de implementação da Reforma Tributária e impõe aos Municípios a necessidade de acompanhamento permanente das publicações oficiais. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior observou que o Conselho deve diferenciar documentos normativos, guias orientativos, notícias institucionais e eventuais documentos técnicos, pois cada espécie de material possui natureza e utilidade distintas para fins de análise administrativa. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição acrescentou que a existência de guias e materiais orientativos poderá auxiliar a compreensão dos impactos administrativos da Reforma Tributária, especialmente nos temas que envolvem adaptação de sistemas, integração de dados e comunicação com os contribuintes. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos ponderou que o acompanhamento das publicações do Comitê Gestor do IBS deve ser realizado de forma contínua, mas com cautela quanto à aplicação imediata de seus conteúdos aos processos administrativos municipais, uma vez que parte dos efeitos dependerá de normas complementares, prazos de transição e consolidação operacional. Após debate entre os presentes, e com o avançar da hora, restou consignado que o acompanhamento das publicações oficiais do Comitê Gestor do IBS permanecerá em pauta continuada. **Passando para o segundo item da ordem do dia,** o Presidente retomou a discussão sobre Reforma Tributária, IBS, CBS, documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias, normas de transição e impactos no contencioso administrativo

municipal. Registrou que o Regulamento do IBS e as disposições comuns entre IBS e CBS indicam a construção de um novo ambiente tributário nacional, com maior padronização de informações, utilização de documentos fiscais eletrônicos e integração entre os entes federativos. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira destacou que a existência de prazo para apresentação de sugestões estruturadas ao Regulamento do IBS por entidades nacionais demonstra que a regulamentação ainda comporta aperfeiçoamentos, razão pela qual o Conselho deve acompanhar o tema sem formular conclusões definitivas. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile observou que a padronização nacional poderá contribuir para reduzir determinadas divergências, mas também poderá gerar novos debates administrativos durante a fase de transição, especialmente quanto à interpretação dos documentos fiscais e à convivência entre regimes. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que o contencioso administrativo tributário municipal deverá observar atentamente a distinção entre os tributos de competência municipal atualmente vigentes e o novo IBS, cuja governança será compartilhada. Registrou que tal distinção é fundamental para evitar confusão entre regimes jurídicos e para preservar clareza na instrução dos processos administrativos. Após amplo debate, e com o avançar da hora, ficou consignado que a matéria permanecerá em pauta continuada, com acompanhamento das futuras atualizações normativas, documentos oficiais, guias, comunicados, regulamentos e demais materiais técnicos publicados pelo Comitê Gestor do IBS. **Passando para o terceiro item da ordem do dia**, o Presidente promoveu análise sobre CIB, SINTER, georreferenciamento e integração cadastral, com enfoque na qualificação da base imobiliária municipal e nos reflexos sobre IPTU e ITBI. Registrou que o CIB, enquanto identificador nacional de imóveis, e o SINTER, enquanto sistema nacional de gestão de informações territoriais, poderão produzir reflexos relevantes sobre a organização cadastral municipal, especialmente na medida em que os dados urbanos dependerão das informações remetidas pelas prefeituras. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos observou que a integração cadastral e o georreferenciamento podem contribuir para identificar distorções históricas na base imobiliária municipal, permitindo maior precisão em lançamentos de IPTU, apurações de ITBI e revisão de informações cadastrais. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição ressaltou que o SINTER e o CIB devem ser acompanhados pelo Município como instrumentos de integração informacional, sem afastar a necessidade de procedimento administrativo próprio, análise técnica municipal, validação pelo Cadastro Imobiliário e observância das normas locais. O Presidente registrou que a futura integração dos demais municípios ao CIB torna recomendável o acompanhamento antecipado do tema, especialmente em relação à organização cadastral, georreferenciamento, consistência de informações, compatibilidade entre cadastro local e base nacional, e definição de fluxos internos para validação dos dados eventualmente utilizados em processos tributários. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria retornará às próximas sessões para aprofundamento técnico. **Passando para o quarto item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão sobre Taxa de Coleta de Lixo, sustentabilidade financeira do serviço, critérios legais de cobrança, proporcionalidade e transparência administrativa. Registrou que a Taxa de Coleta de Lixo possui relevância fiscal e social, por estar vinculada a serviço público essencial e por exigir adequada correspondência entre o custo do serviço e os critérios de cobrança estabelecidos pela legislação municipal. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior ponderou que a cobrança da taxa deve ser tecnicamente justificável, observando legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e clareza metodológica. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que a transparência dos critérios é fundamental para reduzir controvérsias administrativas e para permitir que o contribuinte compreenda a lógica da exação. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos observou que eventuais revisões metodológicas devem ser precedidas de análise jurídica e técnica cuidadosa, considerando a

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

legislação municipal vigente, a estrutura do serviço prestado e a necessidade de preservação da sustentabilidade financeira da coleta. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que o tema retornará às próximas sessões para continuidade dos estudos. **Passando para o quinto item da ordem do dia**, o Presidente comunicou que a Representação da Fazenda Pública vem concluindo manifestações em processos administrativos tributários aptos ao regular prosseguimento perante o Conselho, devendo os autos, uma vez superada a fase de manifestação fazendária e observadas as providências de secretaria, ser encaminhados à distribuição por sorteio de relatoria, nos termos do art. 31 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes. Registrou-se que a correta observância do fluxo regimental é essencial para garantir impessoalidade, organização da pauta, regularidade processual e segurança jurídica às partes interessadas, especialmente nos processos que envolvem isenção, impugnação de lançamento, revisão de crédito tributário e demais matérias submetidas à apreciação do colegiado. O Presidente destacou que a distribuição por sorteio de relatoria constitui etapa relevante para a organização do contraditório administrativo e para a adequada instrução do julgamento. O colegiado anuiu com o encaminhamento procedimental, ficando consignado que os processos formalmente liberados pela Representação da Fazenda Pública deverão ser organizados pela Secretaria-Geral para posterior sorteio, observada a ordem regimental e a disponibilidade de pauta. Após breve debate, e com o avançar da hora, restou consignado que o acompanhamento do fluxo processual seguirá nas próximas sessões. **Passando para o sexto item da ordem do dia, Assuntos Gerais,** o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e trinta e sete minutos, do dia onze de maio do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marcelo Santos Passos
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 18/05/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e dezessete minutos do dia dezoito de maio do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Suplente do Representante da Fazenda Pública **Marco Antônio Machado de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 11/05/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Acompanhamento inicial dos atos oficiais do Comitê Gestor do IBS e dos impactos administrativos da Reforma Tributária no âmbito municipal; 2) Discussão sobre obrigações acessórias, documentos fiscais eletrônicos, integração de informações fiscais e possíveis reflexos no contencioso administrativo tributário municipal; 3) Análise preliminar sobre modernização cadastral, georreferenciamento, integração com o SINTER e utilização do Cadastro Imobiliário Brasileiro, CIB, como instrumentos de apoio à gestão tributária imobiliária; 4) Discussão sobre IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo, com ênfase na consistência da base cadastral, proporcionalidade da cobrança e segurança jurídica dos lançamentos; 5) Assuntos Gerais. Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente iniciou o acompanhamento dos atos oficiais do Comitê Gestor do IBS e dos impactos administrativos da Reforma Tributária no âmbito municipal, registrando que a implementação do novo sistema de tributação sobre o consumo deverá ser observada de forma gradual, técnica e institucional pelo Conselho de Contribuintes. Destacou que o IBS, por se tratar de imposto compartilhado entre Estados, Distrito Federal e Municípios, exigirá acompanhamento constante dos regulamentos, guias, comunicados, resoluções e demais atos expedidos pelo Comitê Gestor, especialmente quanto aos reflexos que possam atingir a organização administrativa, os sistemas fiscais, a produção de informações eletrônicas e o futuro contencioso administrativo tributário. O Presidente ressaltou que a análise deve ser feita com cautela, distinguindo-se os tributos municipais atualmente vigentes, como IPTU, ITBI, ISS enquanto aplicável, e taxas municipais, dos efeitos futuros do novo modelo compartilhado de tributação sobre o consumo. Registrou que tal distinção é relevante para preservar segurança jurídica nos processos atualmente em tramitação, evitando a aplicação prematura de regras ainda vinculadas ao período de transição. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que a Reforma Tributária deve ser compreendida não apenas como alteração de nomenclatura ou substituição de tributos, mas como mudança estrutural da forma de arrecadação, fiscalização, compartilhamento de informações e repartição de receitas. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que o acompanhamento dos atos oficiais do Comitê Gestor será relevante para que o Município compreenda, com antecedência, quais rotinas administrativas poderão demandar adaptação. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira destacou que o Conselho deve registrar a necessidade de acompanhamento permanente das publicações oficiais, sem, contudo, antecipar conclusões definitivas antes da consolidação das normas regulamentares e dos atos complementares. Após amplo debate entre os presentes, e com o avançar da hora, restou consignado que o tema permanecerá em pauta continuada para prosseguimento nas próximas sessões. **Passando para o segundo item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão sobre obrigações acessórias, documentos fiscais eletrônicos, integração de informações fiscais e possíveis reflexos no contencioso

administrativo tributário municipal. Registrou que o novo ambiente tributário tende a operar com forte padronização documental, utilização intensiva de documentos fiscais eletrônicos e integração de bases de dados, circunstância que poderá repercutir na forma de instrução dos processos administrativos e na análise de elementos probatórios. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos observou que os documentos fiscais eletrônicos poderão assumir papel ainda mais relevante na formação da prova tributária, especialmente em ambiente nacional integrado, no qual a consistência das informações prestadas pelos contribuintes será elemento central para a apuração e conferência de dados. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição ponderou que a integração de informações deve ser acompanhada de governança administrativa, controle de acesso, observância ao sigilo fiscal e validação técnica das informações utilizadas nos procedimentos municipais. O Suplente do Representante da Fazenda Pública, Marco Antônio Machado de Oliveira, registrou que as obrigações acessórias devem ser compreendidas como instrumentos de controle e de organização das informações fiscais, mas não substituem a análise administrativa própria, especialmente nos processos em que se discute lançamento, impugnação, isenção, revisão ou qualquer outra matéria submetida ao Conselho. Acrescentou que o Município deve acompanhar a evolução das normas nacionais, mantendo clareza entre o atual regime municipal e o futuro ambiente do IBS. Após manifestações dos Conselheiros, e com o avançar da hora, ficou consignado que a matéria retornará às próximas sessões para continuidade dos debates, especialmente quanto aos documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias e reflexos futuros no contencioso administrativo tributário municipal. **Passando para o terceiro item da ordem do dia,** o Presidente iniciou análise preliminar sobre modernização cadastral, georreferenciamento, integração com o SINTER e utilização do Cadastro Imobiliário Brasileiro, CIB, como instrumentos de apoio à gestão tributária imobiliária. Registrou que a qualificação da base cadastral imobiliária representa elemento essencial para a adequada constituição dos créditos tributários municipais, especialmente em relação ao IPTU, ao ITBI e às taxas vinculadas a imóveis. O Presidente destacou que o georreferenciamento pode auxiliar na identificação de divergências entre a realidade física dos imóveis e os dados constantes do Cadastro Imobiliário, notadamente quanto à área territorial, área construída, ocupações consolidadas, ampliações não comunicadas e inconsistências históricas da base cadastral. Ressaltou, contudo, que a utilização de ferramentas tecnológicas deve ser acompanhada de validação administrativa, análise técnica e observância do devido processo legal sempre que houver reflexo tributário para o contribuinte. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior ponderou que o SINTER e o CIB podem contribuir para integração nacional de informações territoriais e imobiliárias, mas não substituem a competência municipal de manter e revisar seu próprio Cadastro Imobiliário. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que a qualidade dos dados municipais de origem será determinante para a confiabilidade de qualquer sistema nacional de integração, razão pela qual o Município deve priorizar consistência, padronização e atualização cadastral. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que o tema permanecerá em pauta continuada para aprofundamento nas próximas sessões. **Passando para o quarto item da ordem do dia,** o Presidente promoveu discussão sobre IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo, com ênfase na consistência da base cadastral, proporcionalidade da cobrança e segurança jurídica dos lançamentos. Registrou que, diante da transição da tributação sobre o consumo, os tributos próprios e as taxas municipais permanecem como instrumentos centrais de autonomia financeira local, exigindo atenção técnica permanente da Administração Tributária. Quanto ao IPTU, destacou-se a necessidade de cadastro imobiliário atualizado, critérios objetivos de lançamento e tratamento uniforme de situações equivalentes. Quanto ao ITBI, registrou-se a importância da correta identificação do imóvel, da natureza da transmissão, da documentação apresentada, da avaliação fiscal e da coerência entre base cadastral e realidade negocial. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

a segurança jurídica dos lançamentos depende da conjugação entre dados consistentes, fundamentação adequada e procedimento administrativo regular. Quanto à Taxa de Coleta de Lixo, o colegiado registrou que a matéria deve ser analisada a partir da relação entre serviço público específico e divisível, custo da atividade, critérios legais de cobrança, proporcionalidade e transparência administrativa. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira destacou que a clareza dos critérios adotados contribui para reduzir controvérsias e fortalecer a legitimidade da exação perante os contribuintes. Após amplo debate, e com o avançar da hora, restou consignado que os temas retornarão às próximas sessões para continuidade das análises técnicas. **Passando para o quinto item da ordem do dia, Assuntos Gerais**, o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e quarenta e oito minutos, do dia dezoito de maio do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marco Antonio M. de Oliveira
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 25/05/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Suplente do Representante da Fazenda Pública **Marco Antônio Machado de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 18/05/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: **1) Acompanhamento inicial dos atos oficiais do Comitê Gestor do IBS e dos impactos administrativos da Reforma Tributária no âmbito municipal; 2) Discussão sobre obrigações acessórias, documentos fiscais eletrônicos, integração de informações fiscais e possíveis reflexos no contencioso administrativo tributário municipal; 3) Análise preliminar sobre modernização cadastral, georreferenciamento, integração com o SINTER e utilização do Cadastro Imobiliário Brasileiro, CIB, como instrumentos de apoio à gestão tributária imobiliária; 4) Discussão sobre IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo, com ênfase na consistência da base cadastral, proporcionalidade da cobrança e segurança jurídica dos lançamentos; 5) Assuntos Gerais. Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente deu continuidade ao acompanhamento dos atos oficiais do Comitê Gestor do IBS e dos impactos administrativos da Reforma Tributária no âmbito municipal. Registrou que a publicação de regulamentos e materiais institucionais pelo Comitê Gestor demonstra o avanço da fase de implementação do novo sistema, tornando necessário que o Conselho acompanhe, de forma progressiva, os reflexos administrativos que poderão atingir os Municípios. O Presidente observou que o novo modelo de tributação sobre o consumo tende a alterar a lógica de governança fiscal, especialmente porque o IBS será administrado em ambiente compartilhado, com maior padronização de documentos, integração de dados e participação de estruturas nacionais. Ressaltou que o Município deverá preservar atenção especial aos efeitos dessa transição sobre as informações fiscais, os sistemas locais, as obrigações acessórias e a futura organização do contencioso. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior ponderou que a análise dos atos oficiais deve distinguir normas de aplicação imediata, normas de transição e atos ainda sujeitos a complementação operacional. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição acrescentou que os registros em ata devem refletir a prudência institucional do Conselho, evitando conclusões precipitadas e mantendo os temas sob acompanhamento continuado. O Suplente do Representante da Fazenda Pública, Marco Antônio Machado de Oliveira, registrou que o acompanhamento da Reforma Tributária deve ocorrer sem prejuízo da regular tramitação dos processos administrativos referentes aos tributos municipais vigentes, os quais continuam submetidos à legislação municipal aplicável. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria permanecerá em pauta continuada. **Passando para o segundo item da ordem do dia,** o Presidente retomou a discussão sobre obrigações acessórias, documentos fiscais eletrônicos, integração de informações fiscais e possíveis reflexos no contencioso administrativo tributário municipal. Registrou que a padronização nacional de documentos fiscais poderá modificar a forma de produção, circulação e utilização das informações tributárias, especialmente em relação às operações econômicas anteriormente vinculadas ao ISS. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva observou que as obrigações acessórias possuem relevância prática

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

significativa, pois organizam as informações que futuramente poderão subsidiar fiscalização, arrecadação e julgamento administrativo. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos acrescentou que a consistência dos documentos fiscais eletrônicos será fundamental para evitar divergências entre dados declarados, fatos econômicos e informações utilizadas pela Administração Tributária. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira ponderou que a integração de informações fiscais deve observar não apenas eficiência administrativa, mas também sigilo fiscal, proteção de dados e segurança no acesso às informações. O Presidente destacou que o Conselho deve acompanhar os documentos técnicos, leiautes, guias e orientações oficiais que venham a ser publicados, especialmente quanto à NFS-e padrão nacional e ao ambiente nacional de compartilhamento de informações. Após amplo debate, e com o avançar da hora, ficou consignado que o tema retornará às próximas sessões, especialmente para avaliação dos reflexos dos documentos fiscais eletrônicos sobre o contencioso administrativo municipal. **Passando para o terceiro item da ordem do dia**, o Presidente promoveu análise preliminar sobre modernização cadastral, georreferenciamento, integração com o SINTER e utilização do Cadastro Imobiliário Brasileiro, CIB, como instrumentos de apoio à gestão tributária imobiliária. Registrou que a integração nacional de informações imobiliárias poderá trazer benefícios à Administração Municipal, desde que os dados locais estejam organizados, atualizados e tecnicamente consistentes. O Presidente destacou que o Cadastro Imobiliário municipal continua sendo instrumento essencial para a tributação local, especialmente para IPTU e ITBI. Pontuou que o CIB poderá funcionar como elemento nacional de identificação dos imóveis, mas que a validade fiscal dos lançamentos municipais continuará exigindo análise administrativa própria, observância da legislação local e regularidade procedimental. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile observou que o georreferenciamento deve ser utilizado como ferramenta auxiliar de auditoria cadastral, permitindo comparar realidade territorial, imagens, malha cartográfica e dados declarados. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior acrescentou que qualquer alteração cadastral com repercussão tributária deve observar procedimento formal, especialmente quando resultar em majoração de base de cálculo, revisão de área ou alteração de classificação do imóvel. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria permanecerá em pauta continuada. **Passando para o quarto item da ordem do dia**, o Presidente retomou a discussão sobre IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo, com ênfase na consistência da base cadastral, proporcionalidade da cobrança e segurança jurídica dos lançamentos. Registrou que a modernização cadastral deve ser entendida como condição de justiça fiscal, pois evita distorções, reduz tratamentos desiguais e fortalece a legitimidade dos lançamentos. Quanto ao IPTU, foi destacada a importância de atualização de áreas, revisão de dados construtivos, identificação de uso do imóvel e compatibilidade entre cadastro e situação fática. Quanto ao ITBI, o Presidente observou que a qualidade das informações imobiliárias contribui para a correta avaliação fiscal e para maior segurança na análise dos documentos de transmissão. Quanto à Taxa de Coleta de Lixo, o colegiado voltou a discutir a necessidade de critérios claros, compatíveis com a legislação municipal e com a natureza do serviço público prestado. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos ponderou que a taxa deve observar lógica razoável de rateio do custo do serviço, não se confundindo com imposto, nem podendo ser tratada como simples acréscimo genérico ao lançamento imobiliário. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição acrescentou que a transparência dos critérios de cobrança é essencial para a compreensão do contribuinte e para a redução da litigiosidade. Após debate, e com o avançar da hora, ficou consignado que os temas retornarão às próximas sessões para continuidade dos estudos técnicos. **Passando para o quinto item da ordem do dia, Assuntos Gerais**, o Presidente colocou em discussão o calendário das Sessões Ordinárias do mês de JUNHO de 2026: 01, 08, 22 e 29 todas às 16:15h, com pautas em aberto, após discutido, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

sessão às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos, do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marco Antonio M. de Oliveira
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 01/06/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte e dois minutos do dia primeiro de junho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Representante da Fazenda Pública **Marcelo Santos Passos**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 25/05/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à ordem do dia, estipulada na própria sessão: **1) Discussão sobre a transição do ISS para o IBS e a reconfiguração dos poderes municipais no novo federalismo fiscal; 2) Análise do princípio do destino e de seus possíveis reflexos para Municípios turísticos, com ênfase na identificação do local do consumo; 3) Discussão sobre NFS-e padrão nacional, documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias e repercussões no contencioso administrativo tributário municipal; 4) Acompanhamento do CIB, SINTER, georreferenciamento e qualificação da base territorial e imobiliária do Município; 5) Discussão sobre receitas próprias municipais remanescentes, especialmente IPTU, ITBI, Taxa de Coleta de Lixo e COSIP, antiga CIP; 6) Assuntos Gerais. Passando para o primeiro item da ordem do dia**, o Presidente iniciou discussão sobre a transição do ISS para o IBS e a reconfiguração dos poderes municipais no novo federalismo fiscal, registrando que a Reforma Tributária não representa mera substituição formal de tributos, mas alteração estrutural na forma de exercício da competência tributária sobre o consumo. Observou que o ISS, tradicionalmente administrado de forma direta pelo Município, com legislação local, fiscalização, arrecadação e contencioso próprio, será gradualmente substituído pelo IBS, tributo de governança compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, o que exigirá acompanhamento permanente dos atos normativos, regulamentos, documentos fiscais, obrigações acessórias e critérios de repartição da arrecadação. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que a autonomia municipal, nesse novo cenário, não desaparece, mas passa a ser exercida em ambiente de cooperação federativa, integração de informações e dependência de mecanismos nacionais de apuração e distribuição. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que o Conselho deve acompanhar a matéria sob perspectiva institucional, especialmente para distinguir os tributos atualmente submetidos ao contencioso municipal daqueles que, futuramente, integrarão a dinâmica própria do IBS. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira observou que a transição exigirá cuidado na interpretação dos regimes jurídicos coexistentes, evitando aplicação prematura de regras futuras aos processos municipais atualmente regidos pela legislação vigente. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos registrou que a segurança jurídica do contencioso administrativo depende dessa distinção, sobretudo em processos de ISS, IPTU, ITBI e taxas municipais ainda submetidos à competência local ordinária. Após amplo debate, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria permanecerá em pauta continuada para aprofundamento nas próximas sessões. **Passando para o segundo item da ordem do dia**, o Presidente promoveu análise do princípio do destino e de seus possíveis reflexos para Municípios turísticos, com ênfase na

identificação do local do consumo. Registrou que a Reforma Tributária altera a lógica tradicional da tributação sobre o consumo, conferindo centralidade ao destino da operação, circunstância que poderá produzir efeitos relevantes para Municípios com forte presença de população flutuante, turismo, imóveis de veraneio, hospedagem, alimentação, lazer, eventos, turismo náutico e prestação de serviços vinculados à circulação sazonal de pessoas. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos observou que, em Município com perfil turístico como Mangaratiba, a correta identificação do local do consumo poderá assumir relevância estratégica, pois parte expressiva da atividade econômica ocorre no território municipal mesmo quando o consumidor ou o prestador possuam vínculos cadastrais em outros municípios. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição acrescentou que a adequada atribuição do destino dependerá da qualidade dos documentos fiscais eletrônicos, da consistência dos dados informados e da capacidade dos sistemas nacionais de capturar corretamente a realidade econômica local. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior ponderou que o tema deve ser acompanhado com prudência, pois a efetividade do princípio do destino dependerá de regulamentação, tecnologia, integração de dados e adequada operacionalização do novo sistema. Após debates, e com o avançar da hora, ficou consignado que o tema retornará às próximas sessões, especialmente para avaliação dos impactos da Reforma Tributária em Municípios turísticos e de segunda residência. **Passando para o terceiro item da ordem do dia,** o Presidente iniciou discussão sobre NFS-e padrão nacional, documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias e repercussões no contencioso administrativo tributário municipal. Registrou que a padronização nacional dos documentos fiscais eletrônicos tende a alterar a forma de produção, circulação, armazenamento e utilização das informações tributárias, especialmente em relação às operações anteriormente vinculadas ao ISS. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva observou que os documentos fiscais eletrônicos poderão desempenhar papel central na formação de prova administrativa, na identificação do local do consumo, no enquadramento das operações e na verificação das informações prestadas pelos contribuintes. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que obrigações acessórias bem estruturadas podem reduzir controvérsias, mas também poderão gerar novos litígios caso haja inconsistência no preenchimento, divergência de dados ou dificuldade de interpretação das informações em ambiente nacional. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira ponderou que o compartilhamento de informações deve observar sigilo fiscal, proteção de dados e governança adequada, especialmente quando documentos e informações forem utilizados em procedimentos administrativos locais. O Presidente destacou que o Conselho deve acompanhar a matéria sem confundir a existência de dados eletrônicos com decisão administrativa automática, pois a utilização de qualquer informação fiscal deve observar fundamentação, contraditório, regular instrução processual e controle administrativo. Após debates, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria seguirá em pauta continuada. **Passando para o quarto item da ordem do dia**, o Presidente iniciou acompanhamento do CIB, SINTER, georreferenciamento e qualificação da base territorial e imobiliária do Município. Registrou que a integração nacional de informações territoriais e imobiliárias pode contribuir para a modernização cadastral, mas depende da qualidade dos dados municipais de origem, especialmente em relação aos imóveis urbanos, áreas edificadas, ocupações consolidadas, identificação territorial e vinculação cadastral. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior ponderou que o CIB poderá funcionar como identificador nacional do imóvel, mas não substitui o Cadastro Imobiliário municipal, que permanece indispensável para IPTU, ITBI, taxas imobiliárias e procedimentos administrativos locais. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos acrescentou que o georreferenciamento pode auxiliar na identificação de divergências de área, ampliações construtivas, imóveis não cadastrados e inconsistências entre realidade física e cadastro fiscal. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição observou que a integração com o

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

SINTER deve ser compreendida como instrumento de qualificação e comparação de dados, não como substituição automática da análise administrativa municipal. Após debate, e com o avançar da hora, ficou consignado que o tema permanecerá em pauta para continuidade dos estudos. **Passando para o quinto item da ordem do dia,** o Presidente promoveu discussão sobre receitas próprias municipais remanescentes, especialmente IPTU, ITBI, Taxa de Coleta de Lixo e COSIP, antiga CIP. Registrou que, diante da transição gradual do ISS para o IBS, torna-se necessário que o Conselho acompanhe, de forma técnica, os instrumentos de arrecadação que permanecem sob gestão municipal direta, especialmente aqueles vinculados à propriedade imobiliária, às transmissões de bens imóveis, aos serviços públicos específicos e divisíveis e ao custeio da iluminação pública. O Presidente destacou que a COSIP, anteriormente referida na prática administrativa como CIP, deve passar a integrar as discussões institucionais do Conselho, não com o objetivo de deliberação conclusiva imediata, mas para avaliação preliminar de sua natureza jurídica, base constitucional, forma de cobrança, destinação específica e eventual necessidade de análise da legislação municipal vigente. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que a COSIP possui natureza de contribuição vinculada a finalidade determinada, não se confundindo com imposto, motivo pelo qual sua análise deve considerar a correlação entre arrecadação, custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira acrescentou que a ampliação constitucional da matéria para alcançar sistemas de monitoramento destinados à segurança e preservação de logradouros públicos deve ser tratada com cautela, mediante estudo técnico, delimitação normativa e controle da destinação dos recursos. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos ponderou que, antes de qualquer conclusão, é recomendável levantar a legislação municipal vigente sobre a contribuição, a forma atual de cobrança, a arrecadação anual, os custos vinculados à iluminação pública, eventuais contratos ou convênios com concessionária de energia elétrica e a existência de projetos de expansão, melhoria ou monitoramento. Submetida a matéria à consideração dos Conselheiros, restou deliberado que o tema poderá ser incluído em pauta continuada, para análise gradual nas próximas sessões, sem prejuízo do aprofundamento paralelo dos temas relativos ao IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo. Após amplo debate, e com o avançar da hora, restou consignado que a COSIP retornará às próximas sessões para continuidade da análise técnica. **Passando para o sexto item da ordem do dia, Assuntos Gerais,** o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e cinquenta e seis minutos, do dia primeiro de junho do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques Presidente	Lidiane Hilário da Conceição Conselheiro	Felipe Martins Algebaile Conselheiro	Flávio de Araújo Silva Conselheiro
Jéferson Santos Vasconcellos Conselheiro	Carlos Alberto Lube Junior Conselheiro	Karen Rodrigues Felippe Ferreira Conselheira	Marcelo Santos Passos Representante da Fazenda

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 08/06/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e dezessete minutos do dia oito de junho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Representante da Fazenda Pública **Marcelo Santos Passos**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 01/06/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à ordem do dia, estipulada na própria sessão: **1) Análise comparativa de atos municipais editados em razão da Reforma Tributária, especialmente decretos, portarias e instruções normativas sobre NFS-e padrão nacional e adequação de sistemas locais; 2) Discussão sobre os modelos de adoção do Emissor Nacional da NFS-e e de manutenção de sistema municipal próprio integrado ao Ambiente Nacional de Dados; 3) Acompanhamento do Regulamento do IBS, disposições comuns entre IBS e CBS, documentos fiscais eletrônicos e obrigações acessórias; 4) Discussão sobre CIB, SINTER, georreferenciamento, Cadastro Imobiliário, IPTU e ITBI; 5) Inclusão em pauta continuada da COSIP, antiga CIP, e análise preliminar de sua relação com iluminação pública, sistemas de monitoramento, segurança e preservação de logradouros públicos; 6) Análise continuada da Taxa de Coleta de Lixo, critérios legais de cobrança, proporcionalidade, transparência e sustentabilidade financeira; 7) Assuntos Gerais. Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente iniciou análise comparativa de atos municipais editados em razão da Reforma Tributária, especialmente decretos, portarias e instruções normativas sobre NFS-e padrão nacional e adequação de sistemas locais. Registrou que diversos Municípios passaram a editar atos normativos de natureza operacional para disciplinar a transição de seus sistemas de emissão de notas fiscais de serviços, a integração com o ambiente nacional e a adaptação das obrigações acessórias à nova realidade normativa decorrente da Reforma Tributária. O Presidente observou que tais atos locais não regulamentam o IBS em sentido material amplo, matéria reservada à legislação complementar nacional e aos atos do Comitê Gestor, mas disciplinam aspectos administrativos municipais indispensáveis à transição, tais como utilização de emissor nacional, manutenção de sistema próprio integrado, compartilhamento de informações, tratamento de competências anteriores, cancelamento e substituição de documentos fiscais, orientação aos contribuintes e compatibilização dos sistemas locais com padrões nacionais. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que o Município deve observar as experiências de outros entes como fonte de aprendizado institucional, sem simples reprodução de modelos externos, pois cada Município possui realidade administrativa, sistema fiscal, cadastro econômico e estrutura operacional próprios. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que a análise comparativa pode auxiliar na identificação de boas práticas e de cautelas necessárias para eventual ato municipal futuro. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira registrou que eventual regulamentação local deve ser objetiva, tecnicamente fundamentada e limitada aos aspectos de competência municipal, evitando invasão de matéria nacional ou criação de obrigações incompatíveis com os atos superiores. Após amplo debate, e

com o avançar da hora, restou consignado que o tema permanecerá em pauta para aprofundamento nas próximas sessões. **Passando para o segundo item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão sobre os modelos de adoção do Emissor Nacional da NFS-e e de manutenção de sistema municipal próprio integrado ao Ambiente Nacional de Dados. Registrou que a experiência de diversos Municípios demonstra a existência de dois caminhos administrativos principais: a migração direta para o Emissor Nacional ou a manutenção de sistema municipal próprio, desde que devidamente adaptado, integrado e compatível com os padrões nacionais exigidos. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos observou que a opção pelo Emissor Nacional pode simplificar procedimentos para Municípios sem sistema próprio robusto, mas exige análise quanto à transição, treinamento dos usuários, comunicação com contribuintes, preservação de dados anteriores e continuidade dos serviços. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior ponderou que a manutenção de sistema próprio integrado pode preservar funcionalidades locais e histórico administrativo, mas exige maior cuidado técnico quanto a leiautes, webservices, compartilhamento de informações, segurança de dados e compatibilidade com o ambiente nacional. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição acrescentou que qualquer modelo deve preservar segurança jurídica durante a transição, especialmente em relação a documentos emitidos em competências pretéritas, consultas, cancelamentos, substituições, livros fiscais, guias de recolhimento e demais rotinas vinculadas ao ISS ainda exigível. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos observou que eventual ato municipal deve disciplinar a transição sem prejudicar o regime jurídico dos fatos geradores anteriores, nem criar incerteza quanto aos processos administrativos em andamento. Após debates, e com o avançar da hora, ficou consignado que a matéria retornará às próximas sessões para continuidade da análise. **Passando para o terceiro item da ordem do dia**, o Presidente retomou o acompanhamento do Regulamento do IBS, das disposições comuns entre IBS e CBS, dos documentos fiscais eletrônicos e das obrigações acessórias. Registrou que a publicação do Regulamento do IBS pelo Comitê Gestor representa etapa relevante da implementação da Reforma Tributária e evidencia a necessidade de observação permanente dos atos nacionais, especialmente quanto a documentos fiscais, regimes específicos, bens imóveis, plataformas digitais, compras governamentais, obrigações acessórias e normas de transição. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva observou que a padronização dos documentos fiscais eletrônicos pode trazer maior uniformidade ao sistema, mas também exigirá cautela na interpretação dos dados, principalmente durante o período de convivência entre regimes. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que o contencioso administrativo municipal poderá ser indiretamente impactado pela nova cultura documental, uma vez que informações eletrônicas padronizadas tendem a assumir maior relevância probatória. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira ponderou que o compartilhamento de informações deve observar governança, sigilo fiscal, proteção de dados e limites de utilização nos processos administrativos. O Presidente ressaltou que documentos fiscais eletrônicos e obrigações acessórias são instrumentos relevantes, mas não substituem a análise administrativa fundamentada, o contraditório e a regular instrução dos processos. Após amplo debate, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria permanecerá em pauta continuada. **Passando para o quarto item da ordem do dia**, o Presidente promoveu discussão sobre CIB, SINTER, georreferenciamento, Cadastro Imobiliário, IPTU e ITBI. Registrou que, paralelamente às mudanças na tributação sobre o consumo, a integração nacional de informações territoriais e imobiliárias representa tema de grande relevância para os Municípios, pois poderá influenciar a organização cadastral, a identificação dos imóveis, a atualização de dados e a instrução dos processos tributários imobiliários. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior ponderou que o CIB poderá contribuir para identificação única dos imóveis em âmbito nacional, mas não elimina a responsabilidade municipal pela manutenção de

cadastro imobiliário próprio, fidedigno e atualizado. O Conselheiro Jéferson Santos Vasconcellos acrescentou que o georreferenciamento deve ser compreendido como ferramenta de auditoria e qualificação cadastral, permitindo identificar divergências de área, edificações não cadastradas, ocupações consolidadas e inconsistências entre a base fiscal e a realidade física. A Conselheira Lidiane Hilário da Conceição observou que a integração com o SINTER deve ser acompanhada de metodologia interna, validação administrativa e cautela quanto à utilização de informações externas para fins de lançamento. O Presidente registrou que IPTU e ITBI dependem diretamente da qualidade da base imobiliária, razão pela qual o tema deve continuar sendo analisado de forma técnica e gradual. Após debate, e com o avançar da hora, ficou consignado que a matéria retornará às próximas sessões ordinárias. **Passando para o quinto item da ordem do dia**, o Presidente submeteu ao colegiado a inclusão em pauta continuada da COSIP, antiga CIP, para análise preliminar de sua relação com iluminação pública, sistemas de monitoramento, segurança e preservação de logradouros públicos. Registrou que a matéria ganhou relevância no contexto da Reforma Tributária e da reorganização das receitas municipais, especialmente porque a contribuição permanece como instrumento de competência municipal, vinculado a finalidade específica. O Presidente destacou que a discussão inicial não tem por finalidade formular conclusão definitiva, mas verificar a conveniência de o Conselho iniciar estudo técnico sobre a legislação municipal vigente, a forma de cobrança, a destinação dos recursos, a eventual vinculação com concessionária de energia elétrica, os custos do serviço de iluminação pública e a possibilidade de análise futura dos sistemas de monitoramento de logradouros públicos. O Conselheiro Flávio de Araújo Silva ponderou que a COSIP deve ser examinada com cautela, por possuir natureza de contribuição vinculada, exigindo correlação entre arrecadação e finalidade autorizada. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile acrescentou que eventual ampliação do debate para sistemas de monitoramento deve observar delimitação normativa precisa, estudo técnico e compatibilidade com a finalidade constitucional de segurança e preservação de logradouros públicos. A Conselheira Karen Rodrigues Felippe Ferreira observou que a análise deve incluir transparência da arrecadação, controle da destinação e distinção entre custeio de iluminação pública, expansão, melhoria e eventuais projetos de monitoramento. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos ponderou que o tema possui relevância institucional e pode ser objeto de estudo gradual pelo Conselho, sem prejuízo de posterior levantamento da legislação local e dos dados financeiros pertinentes. Submetida a questão aos Conselheiros, deliberou-se pela inclusão da COSIP em pauta continuada, para prosseguimento da análise nas próximas sessões. Após amplo debate, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria retornará à pauta para aprofundamento técnico. **Passando para o sexto item da ordem do dia**, o Presidente iniciou análise continuada da Taxa de Coleta de Lixo, critérios legais de cobrança, proporcionalidade, transparência e sustentabilidade financeira. Registrou que a taxa permanece como instrumento legítimo de custeio de serviço público específico e divisível, devendo sua estrutura observar a legislação municipal, a natureza do serviço, os critérios de rateio e a razoabilidade da cobrança. O Conselheiro Felipe Martins Algebaile ponderou que a Taxa de Coleta de Lixo deve ser analisada de forma autônoma em relação ao IPTU, ainda que possa utilizar elementos cadastrais do imóvel como critério de dimensionamento, desde que preservada a natureza jurídica de taxa e a vinculação ao serviço prestado ou disponibilizado. O Conselheiro Carlos Alberto Lube Junior acrescentou que a sustentabilidade financeira do serviço exige metodologia minimamente estável, transparente e juridicamente defensável. O Representante da Fazenda Pública Marcelo Santos Passos observou que eventual aperfeiçoamento da cobrança deve ser precedido de análise técnica e jurídica, especialmente quanto ao custo do serviço, base legal, proporcionalidade, comunicação ao contribuinte e redução de litigiosidade. Após amplo

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

debate, e com o avançar da hora, restou consignado que a matéria permanecerá em pauta continuada para aprofundamento. **Passando para o setimo item da ordem do dia, Assuntos Gerais,** o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e quarenta e um minutos, do dia oito de junho do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques Presidente	Lidiane Hilário da Conceição Conselheiro	Felipe Martins Algebaile Conselheiro	Flávio de Araújo Silva Conselheiro
Jéferson Santos Vasconcellos Conselheiro	Carlos Alberto Lube Junior Conselheiro	Karen Rodrigues Felippe Ferreira Conselheira	Marcelo Santos Passos Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 15/06/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia quinze de junho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Suplente do Representante da Fazenda Pública **Marco Antônio Machado de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 08/06/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: 1) Acompanhamento dos atos oficiais do Comitê Gestor do IBS e dos impactos administrativos da Reforma Tributária no âmbito municipal; 2) Discussão sobre obrigações acessórias, documentos fiscais eletrônicos, integração de informações fiscais e possíveis reflexos no contencioso administrativo tributário municipal; 3) Análise da modernização cadastral, do georreferenciamento, da integração com o SINTER e da utilização do Cadastro Imobiliário Brasileiro - CIB; 4) Discussão sobre IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo, com ênfase na consistência da base cadastral, na proporcionalidade da cobrança e na segurança jurídica dos lançamentos; 5) Assuntos Gerais. **Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente iniciou o acompanhamento dos atos oficiais relacionados à implementação do IBS e aos efeitos administrativos da Reforma Tributária. Foram examinadas, ponto a ponto, a necessidade de identificar os setores municipais atingidos, revisar fluxos de fiscalização e arrecadação, avaliar a capacidade dos sistemas informatizados, preparar servidores e preservar a continuidade do atendimento ao contribuinte e do contencioso administrativo. Deliberou-se que o tema permanecerá em pauta aberta e continuada, com registro dos atos oficiais relevantes, dos prazos de adequação e das providências administrativas correspondentes. **Passando para o segundo item da ordem do dia,** foram analisadas as obrigações acessórias atualmente exigidas pelo Município e os possíveis efeitos da padronização nacional de documentos fiscais eletrônicos. Destacou-se a importância de mapear cadastros, declarações, escriturações, notas fiscais, cruzamentos de dados e rotinas de auditoria, evitando duplicidades durante a transição. Também foi ressaltada a necessidade de preservar a rastreabilidade das informações utilizadas nos lançamentos e nos processos administrativos tributários. A matéria permaneceu em pauta aberta, para levantamento das obrigações existentes e identificação dos pontos que dependerão de integração tecnológica ou revisão normativa. **Passando para o terceiro item da ordem do dia,** o colegiado examinou a modernização do Cadastro Imobiliário como medida estruturante para a gestão do IPTU, do ITBI e das taxas vinculadas aos imóveis. Foram discutidas a compatibilização entre dados alfanuméricos e cartográficos, a conferência de logradouros, áreas territoriais e edificadas, padrões construtivos, utilização dos imóveis e sujeitos passivos, bem como a integração gradual com o SINTER e com o CIB. Ficou acordado que o tema seguirá em pauta, com análise por etapas e prioridade para inconsistências que afetem diretamente a legalidade e a justiça fiscal dos lançamentos. **Passando**

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

para o quarto item da ordem do dia, foram discutidos separadamente o IPTU, o ITBI e a Taxa de Coleta de Lixo. Quanto ao IPTU, destacou-se a necessidade de correspondência entre a realidade física e o cadastro. Em relação ao ITBI, registrou-se a importância da correta identificação do negócio jurídico, dos sujeitos, do imóvel transmitido e dos elementos utilizados na avaliação. No tocante à Taxa de Coleta de Lixo, foram examinadas a consistência cadastral, a proporcionalidade dos critérios e a sustentabilidade do serviço. Como os debates não se esgotaram, cada matéria foi mantida em pauta aberta para seguimento ponto a ponto. **Passando para o quinto item da ordem do dia,** em Assuntos Gerais, o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e quarenta e seis minutos, do dia quinze de junho do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marco Antonio M. de Oliveira
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 22/06/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e dois de junho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Suplente do Representante da Fazenda Pública **Marco Antônio Machado de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 15/06/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à **ordem do dia**, estipulada na própria sessão: 1) Acompanhamento dos atos oficiais do Comitê Gestor do IBS e dos impactos administrativos da Reforma Tributária no âmbito municipal; 2) Discussão sobre obrigações acessórias, documentos fiscais eletrônicos, integração de informações fiscais e possíveis reflexos no contencioso administrativo tributário municipal; 3) Análise da modernização cadastral, do georreferenciamento, da integração com o SINTER e da utilização do Cadastro Imobiliário Brasileiro - CIB; 4) Discussão sobre IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo, com ênfase na consistência da base cadastral, na proporcionalidade da cobrança e na segurança jurídica dos lançamentos; 5) Assuntos Gerais. **Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente propôs, em continuidade à análise anterior, a organização de uma matriz de acompanhamento dos atos relacionados ao IBS, contendo o ato oficial, a matéria disciplinada, o setor municipal impactado, o prazo de adaptação e o risco administrativo identificado. Deliberou-se pela manutenção do assunto em pauta aberta, com atualização progressiva e registro das providências necessárias à continuidade dos serviços tributários municipais. **Passando para o segundo item da ordem do dia,** o colegiado prosseguiu no exame das obrigações acessórias e dos documentos fiscais eletrônicos, concentrando-se na compatibilidade entre os procedimentos municipais e os ambientes nacionais de compartilhamento de dados. Foram debatidos armazenamento, integridade, acesso, trilhas de auditoria, retificação e tratamento de inconsistências. O levantamento das obrigações existentes permaneceu em aberto para conclusão nas sessões seguintes. **Passando para o terceiro item da ordem do dia,** foram definidas prioridades para o prosseguimento da modernização cadastral: padronização de endereços, vinculação entre inscrição municipal e representação cartográfica, conferência de área territorial e construída, identificação da utilização do imóvel e qualificação dos responsáveis tributários. A integração com SINTER e CIB deverá ser acompanhada de regras de governança, controle de origem e validação dos dados. Deliberou-se que a análise continuará por blocos. **Passando para o quarto item da ordem do dia,** o Conselho retomou a análise de IPTU, ITBI e Taxa de Coleta de Lixo. No IPTU, reforçou-se a importância da vistoria e da instrução quando houver divergência de área, padrão ou uso. No ITBI, discutiu-se o exame individualizado da transmissão e a motivação dos elementos de avaliação. Quanto à Taxa de Coleta de Lixo, foram avaliados a identificação do serviço, os critérios cadastrais e a necessidade de impedir duplicidade de exigência. Os três assuntos foram mantidos em pauta.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

aberta. **Passando para o quinto item da ordem do dia,** em Assuntos Gerais, o Presidente colocou em discussão o calendário das Sessões Ordinárias do mês de **JULHO** de **2026**: **06**, **13**, **20** e **27** todas às 16:15h, com pautas em aberto, após discutido, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e cinquenta e dois minutos, do dia vinte e dois de junho do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marco Antonio M. de Oliveira
Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 06/07/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e vinte e dois minutos do dia seis de julho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Representante da Fazenda Pública **Marcelo Santos Passos**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 22/06/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à ordem do dia, estipulada na própria sessão: 1) Julgamento do Recurso Voluntário interposto por MI Rosa Moreno Pousada nos autos do Processo Administrativo Tributário nº 3.876/2025 e apensos; 2) Discussão sobre a transição do ISS para o IBS e a reconfiguração dos poderes municipais no novo federalismo fiscal; 3) Análise do princípio do destino e de seus possíveis reflexos para Municípios turísticos; 4) Discussão sobre NFS-e padrão nacional, documentos fiscais eletrônicos, obrigações acessórias e repercussões no contencioso administrativo tributário municipal; 5) Acompanhamento do CIB, do SINTER, do georreferenciamento e da qualificação da base territorial e imobiliária do Município; 6) Discussão sobre receitas próprias municipais remanescentes, especialmente IPTU, ITBI, Taxa de Coleta de Lixo e COSIP, antiga CIP; 7) Assuntos Gerais. **Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente anunciou o julgamento do Recurso Voluntário interposto por MI Rosa Moreno Pousada, CNPJ nº 17.120.060/0001-40, nos autos do Processo Administrativo Tributário nº 3.876/2025, com os processos apensos nº 11.243/2019, 2.634/2019, 7.549/2016, 12.457/2012, 8.063/2016, 4.107/2014 e 10.722/2023, tendo por objeto a impugnação da cobrança da Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza referente ao exercício de 2025. O Conselheiro Relator, Jéferson Santos Vasconcellos, apresentou o relatório e o voto, afastando a alegação de bitributação, reconhecendo a regularidade da compensação do valor de R$ 805,31 na guia do IPTU de 2025 e mantendo a exigência tributária impugnada, com registro da necessidade de correção das inconsistências cadastrais do imóvel. Encerrados os debates, o recurso foi conhecido e, no mérito, desprovido por unanimidade, prevalecendo o voto do Relator e a decisão favorável à Fazenda Pública. **Passando para o segundo item da ordem do dia,** o Conselho discutiu a transição do ISS para o IBS, reconhecendo repercussões sobre fiscalização, arrecadação, atendimento e contencioso. Foram examinados riscos de perda de conhecimento institucional, descontinuidade de sistemas e sobreposição de procedimentos. O tema permaneceu em pauta aberta, com separação entre as medidas de transição do consumo e as medidas de fortalecimento das receitas próprias municipais. **Passando para o terceiro item da ordem do dia,** os Conselheiros analisaram o princípio do destino e seus possíveis efeitos para Municípios turísticos, considerando que a identificação do local do consumo e a qualidade das

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

informações fiscais poderão influenciar a distribuição de receitas. Deliberou-se acompanhar os critérios oficiais, qualificar cadastros econômicos e territoriais e produzir dados municipais confiáveis. A matéria permaneceu em pauta aberta. **Passando para o quarto item da ordem do dia,** foram retomadas as discussões sobre NFS-e padrão nacional, documentos fiscais eletrônicos e obrigações acessórias. Destacaram-se interoperabilidade, continuidade do serviço, acesso municipal aos dados, tratamento de retificações e conservação dos documentos necessários à fiscalização e ao julgamento administrativo. Deliberou-se pela continuidade do exame comparativo nas sessões seguintes. **Passando para o quinto item da ordem do dia,** o Presidente conduziu o acompanhamento do CIB, do SINTER, do georreferenciamento e da qualificação da base territorial e imobiliária. Foram reafirmadas as prioridades de correção de áreas, endereços, utilização, titularidade e vinculação cartográfica, sem alteração automática de dados fiscais quando ausente suporte probatório suficiente. O assunto permaneceu em pauta continuada. **Passando para o sexto item da ordem do dia,** foram examinadas as receitas próprias municipais remanescentes. Quanto ao IPTU e ao ITBI, destacou-se a necessidade de bases cadastrais consistentes, procedimentos individualizados e motivação dos lançamentos. Em relação à Taxa de Coleta de Lixo, o julgamento realizado foi apontado como referência para a conferência de compensações e a distinção entre fatos geradores de taxas diversas. Sobre a COSIP, antiga CIP, deliberou-se iniciar análise específica de sua base normativa, destinação, transparência e relação com os serviços vinculados aos logradouros públicos. Todos os temas permaneceram abertos. **Passando para o sétimo item da ordem do dia,** em Assuntos Gerais, o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezenove horas e doze minutos, do dia seis de julho do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim _____ **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques Presidente	Lidiane Hilário da Conceição Conselheiro	Felipe Martins Algebaile Conselheiro	Flávio de Araújo Silva Conselheiro
Jéferson Santos Vasconcellos Conselheiro	Carlos Alberto Lube Junior Conselheiro	Karen Rodrigues Felippe Ferreira Conselheira	Marcelo Santos Passos Representante da Fazenda

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 13/07/2026
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia treze de julho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se Sessão de Ordinária do Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba, convocada pelo Presidente, conforme disposto no art. 9º inciso XXX, do Regimento Interno Conselho de Contribuintes, estando presente o Presidente **Guilherme de Souza Marques**; os Conselheiros: **Flávio de Araújo Silva**, **Felipe Martins Algebaile**, **Jéferson Santos Vasconcellos**, **Karen Rodrigues Felippe Ferreira, Lidiane Hilário da Conceição, Carlos Alberto Lube Junior**, o Secretário Geral, **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**; o Representante da Fazenda Pública **Marcelo Santos Passos**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada em 06/07/2026, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, passou à ordem do dia, estipulada na própria sessão: 1) Análise comparativa de atos municipais editados em razão da Reforma Tributária, especialmente sobre NFS-e padrão nacional e adequação de sistemas locais; 2) Discussão sobre os modelos de adoção do Emissor Nacional da NFS-e e de manutenção de sistema municipal próprio integrado ao Ambiente Nacional de Dados; 3) Acompanhamento do Regulamento do IBS, das disposições comuns entre IBS e CBS, dos documentos fiscais eletrônicos e das obrigações acessórias; 4) Discussão sobre CIB, SINTER, georreferenciamento, Cadastro Imobiliário, IPTU e ITBI; 5) Prosseguimento da análise da COSIP, antiga CIP; 6) Análise continuada da Taxa de Coleta de Lixo; 7) Análise e deliberação sobre proposta de projeto de lei destinada à elevação do valor mínimo para o ajuizamento de execuções fiscais; 8) Assuntos Gerais. **Passando para o primeiro item da ordem do dia,** o Presidente apresentou quadro comparativo preliminar das matérias que podem exigir atos municipais de adequação, destacando a necessidade de distinguir providências operacionais daquelas que dependam de decreto, portaria, instrução normativa ou alteração legislativa. Deliberou-se que nenhuma proposta normativa deverá avançar sem identificação do fundamento, do objetivo, do impacto nos sistemas e do procedimento de comunicação aos contribuintes. A análise permaneceu em pauta aberta. **Passando para o segundo item da ordem do dia,** foram examinados os modelos de adoção do Emissor Nacional da NFS-e e de manutenção de sistema municipal próprio integrado ao Ambiente Nacional de Dados. Foram considerados continuidade do serviço, autonomia operacional, custo, suporte, acesso aos dados, segurança, fiscalização, migração do histórico e facilidade de uso. Não houve escolha definitiva, ficando aprovada a continuidade do estudo comparativo. **Passando para o terceiro item da ordem do dia,** o Conselho prosseguiu no acompanhamento do Regulamento do IBS e das disposições comuns entre IBS e CBS, com atenção aos documentos fiscais eletrônicos, às obrigações acessórias e ao compartilhamento de informações. Foram discutidas capacitação, revisão de manuais, preservação das provas fiscais e adaptação dos procedimentos do contencioso. O acompanhamento permanecerá contínuo. **Passando para o quarto item da ordem do dia,** foram retomados CIB, SINTER, georreferenciamento, Cadastro Imobiliário, IPTU e ITBI. Destacou-se que a qualidade da tributação imobiliária depende da conciliação entre cadastro municipal, cartografia, documentos registrais, vistorias e informações declaradas. Deliberou-se pela continuidade da análise por módulos, com prioridade para dados que afetem a sujeição passiva, a base de cálculo e a validade do lançamento. **Passando para o quinto item da ordem do dia,**

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal do Tesouro
Conselho de Contribuintes do Município de Mangaratiba

o Presidente deu prosseguimento à análise da COSIP, antiga CIP, propondo o exame separado de hipótese de incidência, sujeitos passivos, critérios de cobrança, destinação dos recursos e mecanismos de transparência. A matéria permaneceu em pauta aberta, com previsão de exame da legislação local e dos dados de arrecadação e despesa. **Passando para o sexto item da ordem do dia,** na análise continuada da Taxa de Coleta de Lixo, foram examinados os critérios cadastrais, a individualização do serviço, a proporcionalidade, a prevenção de duplicidades e a transparência da cobrança. O julgamento realizado em 06/07/2026 foi mencionado como referência para a necessidade de conferência das compensações e da correta distinção entre exações. Deliberou-se manter o tema em pauta continuada. **Passando para o sétimo item da ordem do dia,** o Presidente submeteu ao colegiado proposta de elaboração de projeto de lei destinado a elevar o valor mínimo para o ajuizamento de execuções fiscais pelo Município. Foi esclarecido que a medida busca racionalizar a cobrança judicial, evitar demandas cujo custo seja desproporcional ao crédito e concentrar a atuação nos débitos de maior expressão ou recuperabilidade, sem remissão, anistia, cancelamento ou renúncia da receita. O crédito permanecerá inscrito e sujeito à cobrança administrativa, protesto, parcelamento e demais meios admitidos. Após discussão, foi aprovada por unanimidade a elaboração da proposta, condicionada a estudo do estoque da dívida ativa, das faixas de valor, dos custos, da recuperabilidade e do risco de prescrição, com previsão de exceções para fraude, ocultação patrimonial, responsabilidade de terceiros, risco prescricional ou relevante interesse fiscal. A definição do valor exato e a redação final permaneceram em pauta aberta para seguimento nas próximas sessões. **Passando para o oitavo item da ordem do dia,** em Assuntos Gerais, o Presidente passou a palavra aos presentes. Sem que alguém quisesse fazer uso da mesma, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada esta sessão às dezoito horas e quarenta e sete minutos, do dia treze de julho do ano de dois mil e vinte e seis, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim **Afonso Cosme de Faria e Albuquerque**, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Guilherme de Souza Marques
Presidente

Lidiane Hilário da Conceição
Conselheiro

Felipe Martins Algebaile
Conselheiro

Flávio de Araújo Silva
Conselheiro

Jéferson Santos Vasconcellos
Conselheiro

Carlos Alberto Lube Junior
Conselheiro

Karen Rodrigues Felippe Ferreira
Conselheira

Marcelo Santos Passos
Representante da Fazenda

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal